

*Pérola entre  
o rio e o mar:*



*História de  
Rio das Ostras*

*Maria da Glória d'Almeida Lima*



PÉROLA ENTRE O RIO E O MAR:

**HISTÓRIA DE RIO DAS OSTRAS**

*Maria da Gloria D'Almeida Lima*

3ª EDIÇÃO

**Projeto Memória**  
Fundação Rio das Ostras de Cultura  
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras

# FICHA TÉCNICA:

## **Pérola entre o Rio e o Mar – História de Rio das Ostras**

By Maria da Glória D’Almeida Lima

2004

### **Direitos Reservados:**

#### **Fundação Rio das Ostras de Cultura**

**Presidente:** Mara Moreira Froés

**Superintendentes:** Selma Alves da Rocha

Luiz Remy Gillet

Francisco Ferreira Lima

**Assistentes:** Carlos Henrique Pimentel Luiz

Pe. João Machado Evangelho

#### **Prefeitura Municipal de Rio das Ostras**

Prefeito Alcebiades Sabino dos Santos

**Revisão:** Nilson Luiz Nagamine

**Fotografia:** Jorge Ronald Frutuoso Teixeira

**Projeto Gráfico:** Maria Isabel Cruz

**Composição Gráfica:** Gráfica e Policromia Iriri

981.532

171 p

Lima, Maria da Glória D’Almeida

Pérola entre o rio e o mar – História de Rio das Ostras / Maria

da G. D’Almeida Lima

Rio das Ostras Fundação Rio das Ostras de Cultura, Poema, 1998

99 p.: il.

Inclui bibliografia

1.RIO DAS OSTRAS (RJ) – HISTÓRIA. I.

Título

014150

Rizia Dias Gidalte- RG - Bibliotecária

## **AGRADECIMENTOS ESPECIAIS:**

Dr. Mário Picanço  
Prof. Renato Barbosa Fernandes  
Dr. Feliciano Mathias Netto  
Nilson Luiz Nagamine  
Ricardo Martins de Aguiar  
Edgar de Souza Carvalho

Aos profissionais do(a):  
Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro  
Arquivo Nacional  
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
Setor de História Fluminense da UFF  
Setor de História Fluminense da Biblioteca Municipal de  
Niterói  
Biblioteca Nacional



Para conhecer a História de Rio das Ostras é preciso saber ouvir a voz dos antigos navegadores que vasculharam o litoral brasileiro em busca de seus sonhos de riqueza, é preciso ousadia para acompanhar o olhar desses bravos homens que atravessavam os mares desconhecidos e em fascínio pasmavam-se com a beleza de nossa paisagem.

A história de Rio das Ostras é História do Brasil, berço e ninho de todas as etapas, testemunha viva de todos os passos: dos índios aos sesmeiros, dos sesmeiros aos monarcas, dos monarcas aos escravos, dos escravos aos pescadores.

Esta obra reúne documentos, tratados, leis, cartas, instruções e principalmente memória, que ordenadas cronologicamente, cumprem destino de ser um presente a esta geração, pois é humanizando a História que a tornamos acessível aos sentimentos de cada um.

A pesquisa histórica contida nesta obra didática nos conscientiza de que o curso da história nunca é imóvel, que caminha como um rio ao mar, recebendo seus afluentes em dados de cada instante, e que neste momento somos e fazemos a História, que será um dia o registro fidedigno de nosso tempo.

Rio das Ostras com seu passado histórico, enaltece o espírito de cada um que a ama e respeita, por ser redoma de colonização, terra de disputas e abrigo, a ser degustada em cada página desta obra historiográfica, e que me honra entregar ao povo riostrense, cidadão brasileiro.

**Alcebíades Sabino dos Santos**

*Prefeito Municipal de Rio das Ostras*



A FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA, criada a 10 de outubro de 1997, veio preencher a falta de uma instituição cultural abrangente que sistematizasse e enfatizasse os sinais da presença humana em nosso município.

Objetivando a preservação do patrimônio histórico – cultural, paisagístico e ambiental, a Fundação vem desenvolvendo inúmeros projetos que incitam o conhecimento e promove o resgate da identidade cultural.

O “PROJETO MEMÓRIA” torna institucional antigas pesquisas de pessoas preocupadas em levantar a identidade de nosso município e na formação dos nossos cidadãos através de lendas, mitos e relatos passados tão significativos abrangendo a criação da Casa de Cultura, do Centro Ferroviário de Cultura de Rocha Leão-Museu Ferroviário, a recuperação do Patrimônio Histórico; Restauração de objetos e obras de arte; implantação do Museu do Sítio Arqueológico Sambaqui da Tarioba e a publicação do livro de nossa Pré-História ; criação do Centro de Memória Documental; publicação do livro “Terra dos Peixes”, resgate da memória viva e livro infantil “Um rio de histórias”, de temática ambientalista.

Era essencial, portanto, o lançamento desta obra, o que levou a Fundação Rio das Ostras de Cultura a convidar a historiadora para que todas aquelas pesquisas, sempre discutidas, fossem aprofundadas e apresentadas didaticamente a fim de que a História fluminense e principalmente, a comunidade deste tão novo município compreendesse a importância histórica de Rio das Ostras no cenário dos 500 de colonização e descobrimento do Brasil.

**Mara Moreira Fróes**

*Presidente da Fundação*

*Rio das Ostras de Cultura*



*Já disse um escritor que “se quiseres falar das coisas do mundo, fala da tua aldeia”.*

*A verdadeira história não é a escrita pelos grandes acontecimentos, mas aquela que acontece no dia a dia e da qual todos participamos.*

*É preciso que conheçamos a nossa própria história, aquela que nos é contada pela memória dos mais velhos, aquela que nos fala da nossa rua, da nossa cidade, do lugar onde vivemos. Pois é nesse lugar que nós, personagens, ajudamos a construir a história do presente que será contada amanhã.*

*Como historiadores, acreditamos que “é preciso conhecer o passado para compreender o presente e engendrar o futuro.” Nesse sentido, buscar em arquivos documentos às vezes nunca antes pesquisados para se escrever, pela primeira vez, a história de uma tarefa fascinante.*

*Não se pretende, aqui, que esta obra seja definitiva. Posto que a história é uma ciência em permanente construção, consideremos esta como a primeira história de Rio das Ostras, de muitas outras histórias que ainda estão por se contar.*

**Maria da Glória D’Almeida Lima**

*para M.C.N.*



# ÍNDICE

Introdução	13
Índios do Iriri	15
Primeiras Impressões	21
Piratas ou Colonizadores	25
Divisão das Terras	29
Início do Povoamento	33
Donos da Terra	37
Presença dos Jesuítas	41
Questão dos Limites e da Posse	45
Fazenda dos Jesuítas	49
Sesmeiros no Rio das Ostras	53
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	57
Olhar da Igreja	63
Século XIX: Progresso	67
Professores e o Saber	71
Obras para um rio e uma cidade	75
Escravos	79
Viajantes	85
Conclusões	91
Bibliografia	93



# INTRODUÇÃO

*“O presente das coisas passadas é a memória  
O presente das coisas presentes é a vista  
O presente das coisas futuras é a espera.”*

Santo Agostinho

A História é uma ciência que se renova a cada dia, a cada documento novo que é descoberto; por isso, ao pesquisar só podemos escrever sobre aquilo que temos sob nossos olhos. Por outro lado, existem lacunas que não poderão jamais ser preenchidas: nem sempre existiu no país o interesse na preservação dos documentos históricos e muitas vezes a busca pode ser incessante e infrutífera. No caso de uma história a se escrever pela primeira vez, essas dificuldades são maiores ainda, o que faz com que a pesquisa seja um interessante desafio ao historiador.

Para a história de Rio das Ostras foram consultadas, exaustivamente: fontes secundárias que tratam da história fluminense - obras gerais e regionais; títulos que abordavam a história de cidades vizinhas cujos interesses estavam ligados de alguma forma a Rio das Ostras; teses de mestrado e de doutorado; obras sobre política, economia e sociedade, sempre abrangendo o período que vai do século XVI ao XX. A história, porém, não é feita de fontes secundárias, que apenas a referendam. História se faz com fontes primárias. Assim, foram buscados minuciosamente os documentos que falavam de Rio das Ostras, ou que faziam qualquer referência a essa cidade. Essas fontes foram a base da nossa pesquisa histórica. Todos esses títulos se encontram na bibliografia ao final dessa obra.

Rio das Ostras sempre apareceu incluída na história de outras cidades próximas a ela, na medida em que seus interesses se entrelaçavam. Por isso, é fundamental se procurar traçar o plano para uma história própria da cidade. Isso não a desvincula dos acontecimentos locais, regionais ou da macrohistória. Muito pelo contrário, ao inserir Rio das Ostras na história fluminense, não apenas se fala da cidade, mas também da história do país. Nas referências sobre locais como Macaé, Campos, Barra de São João e Cabo Frio encontramos as fontes, primárias ou secundárias, que nos permitiram trabalhar a história de Rio das Ostras.

Devido ao fato da cidade se encontrar próxima a esses centros; por ficar na “fronteira” nunca estabelecida definitivamente das Capitánias Hereditárias e de diversas sesmarias; devido a ser um local só tardiamente

elevado à condição de cidade - o que fazia com que não fosse incluída em relatórios oficiais, aparecendo sempre como pertencente ora a Macaé, ora a Casemiro de Abreu, ora à Capitania de São Vicente, ora à de São Tomé; e consequentemente por jamais ter tido seus documentos reunidos em um arquivo público sob uma referência única; Rio das Ostras pode ser considerada um lugar privilegiado para a pesquisa de um historiador.

Nossa hipótese inicial previa que, de acordo com os interesses políticos e econômicos de senhores de terra, Rio das Ostras teria sua história oscilando entre essas divergências. Por isso pôde a cidade desenvolver uma característica: ser o limite neutro entre os diferentes interesses de proprietários de terras no norte fluminense.

Essa característica levou ao desenvolvimento de uma outra hipótese, qual seja: por não se submeter diretamente a uma administração local, ou por estar sempre alternando sob a administração indireta, Rio das Ostras foi, no decorrer desses quase 500 anos de história, um local privilegiado no sentido de servir de abrigo aos mais diversos segmentos da sociedade, sempre acolhendo a todos, fosse um escravo, um senhor de terras, o Imperador do Brasil. No decorrer desses cinco séculos de história, todos que viveram em Rio das Ostras souberam preservar sua natureza, para que hoje a cidade tenha não só uma história para contar, mas também um futuro a construir.

# ÍNDIOS DO IRIRY

*“Todo o imenso trato de terreno, compreendido entre o rio Criraré (São Matheus), na Capitania do Espírito Santo, e a Babia Formosa, duas léguas ao norte de Cabo Frio, era habitado pelos belicosos e indomáveis índios goitacazes”.*

A . Carvalho

Quantos de nós podemos afirmar, com toda a certeza, qual a nação indígena que habitava o solo em que vivemos? Essa é a primeira dificuldade que se impõe para conhecermos a história de Rio das Ostras.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que os índios que habitavam a costa brasileira eram nômades, ou seja, não se fixavam num mesmo lugar por muito tempo. Esse “tempo” era definido de acordo com as estações do ano, com a abundância da caça e da pesca na região e mesmo pelas lutas entre tribos, o que torna a definição do território indígena uma tarefa pouco precisa. As tribos sempre procuraram regiões férteis e próximas aos rios. Fixando-se nos outeiros, evitavam dessa maneira que inundações viessem destruir suas aldeias.

Em uma região pródiga de cursos fluviais e com a riqueza da mata atlântica, como é o norte fluminense, era natural que as tribos que ali se estabelecessem próximas aos rios e disputassem duramente esse território contra outras tribos. Assim, nem sempre se pode precisar quem habitava uma determinada região.

Segundo D. Ribeiro, “a costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inumeráveis povos indígenas (...). Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, bons guerreiros, se instalaram, dominadores, na imensidade da área, tanto à beira-mar, ao longo de toda a costa atlântica (...) como subindo pelos rios principais (...).

Eram, tão-só, uma miríade de povos tribais, falando línguas do mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua, cada um dos quais, ao crescer, se bipartia, fazendo dois povos que começavam a se diferenciar e logo se desconheciam e se hostilizavam (...). Somavam, talvez, um milhão de índios”.<sup>11</sup>

No caso de Rio das Ostras, temos dois grandes povos que, num certo sentido, encontravam-se ali próximos ao rio: vindos do norte, os Goitacazes e, ao sul, os Tamoios.

Os famosos índios Tamoios do Cabo Frio foram, desde o início da colonização européia, aliados dos franceses, lutando lado a lado com estes contra o domínio português, cuja base era o Rio de Janeiro. Por esse motivo foram perseguidos pela Coroa portuguesa, que ainda no século XVI chegou a enviar tropas para acabar com a Confederação dos Tamoios, quando estes foram massacrados. Importante papel tiveram os jesuítas nesse episódio, ao convencerem os Tamoios a se entregarem sem luta. Não somente os jesuítas, mas também os capitães que lutaram junto às tropas portuguesas, vieram mais tarde a pleitear terras em Rio das Ostras e no norte fluminense, obtendo-as como uma espécie de retribuição por serviços prestados. Como curiosidade, para alguns autores, como A . Lamego, o nome Tamoio significa avô ou ascendente entre as tribos tupis; em tupinambá seu significado é pai e em tupiniquim, sobrinho. Outras fontes sugerem que Tamoio teria sido uma denominação dada pelos franceses para os índios do Cabo Frio.

Já os Goitacazes foram considerados pelos portugueses como índios guerreiros e arredios. Para alguns pesquisadores, como A . Lamego, Goitacazes significa índios corredores ou nadadores. Essa tribo habitava a região desde o sul da Bahia até o norte fluminense: segundo o autor, eles eram senhores de 100 léguas de costa do sul da Bahia até Cabo Frio <sup>[2]</sup>. A nação Goitacá se dividia em três tribos: Goitacá-mopi, Goitacá-jacoritó e Goitacá-guaçú. Alguns historiadores identificam ainda os Goitacazes como Tapirapés e Darcí Ribeiro os classifica no grupo Jê. Os Jês seriam os povos da região do planalto central do Brasil, cuja cultura diferia da dos Tupis por se dedicarem mais à caça e à pesca (adequadas ao cerrado) que à agricultura dos povos de florestas tropicais.

Essa nação, por seu estilo arrojado de dominar o seu território, chegou a entrar em choque com os Tamoios em diversas ocasiões. Em 1599, Gonçalo Corrêa de Sá chefiou uma bandeira para atacar os Goitacazes, que nesse momento avançavam sobre os Tamoios. Entretanto, A . Parada afirma que “os índios ao sul do Paraíba eram uma horda da mesma raça [ goitacazes] porém muito mais pacíficos...”<sup>[3]</sup>

Além dessas duas tribos - Tamoios em Cabo Frio e Goitacazes de Campos até Rio das Ostras -, havia muitas outras circulando pelo norte fluminense: possivelmente Sacurús, Coroados, Ganhans, Purís, Botocudos, Guarulhos. Alguns autores consideram que Guarús ou Guarulhos era a denominação para uma tribo dos Coroados <sup>[4]</sup>. Para A . Saint Hilaire, esse nome, Coroados, foi dado pelos portugueses, e seria uma denominação genérica, aplicada a várias tribos do Rio de Janeiro e São Paulo <sup>[5]</sup>.

“Mesmo em face do novo inimigo todo poderoso (...), os Tupi só conseguiram estruturar efêmeras confederações regionais que logo desapareceram. A mais importante delas, conhecida como Confederação

dos Tamoios, (...) reuniu, de 1563 a 1567, os do Rio de Janeiro e os Carijós do planalto paulista - ajudados pelos Goitacá e pelos Aimoré da Serra do Mar, que eram de língua Jê - para fazerem guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam”.<sup>[6]</sup>

Logo no início do século XVII os jesuítas se estabeleceram na região; em São Pedro da Aldeia, em Macaé, Campos e mesmo em Rio das Ostras marcaram sua presença. A finalidade deles era criar aldeamentos para receber os índios e catequizá-los, inserindo em sua cultura os valores europeus. Para essas aldeias eram levados não somente os índios nativos, mas também índios de regiões bem distantes. Foram esses aldeamentos promovidos pelos jesuítas e incentivados pelo governo português que criaram uma intensa movimentação das tribos pelo território brasileiro. Só que esta migração trouxe como consequência a perda dos valores intrínsecos à cultura indígena, num processo de desindianização, como disse D. Ribeiro<sup>[7]</sup>.

Serafim Leite demonstra como ocorria esse processo:

“Para evitar a repetição das incursões estrangeiras determinou-se em 1616 que se fundasse uma cidade e, como apoio, duas Aldeias de Índios, uma no rio de Macaé, com índios da Aldeia de São Lourenço, e outra no rio de Peruípe na Baía Formosa, que banha a ponta de Búzios”<sup>[8]</sup>.

Para o aldeamento de Rio das Ostras:

“Os índios que deviam povoar a dita aldeia seriam Carijós, trazidos de São Paulo, os quais ficariam sob o comando de Amador de Souza, filho do célebre Araribóia (...). Ao invés de Carijós, vieram a constituir o aldeamento, os índios Goitacás”<sup>[9]</sup>.

Para A. Lamego, os índios que deveriam constituir o aldeamento em Rio das Ostras eram os Carijós paulistas porém essa aldeia jesuítica acabou nunca sendo criada. Já para a aldeia de Ipuca, em Barra de São João, os índios deveriam ser Guarulhos. Essa tribo foi instalada também na aldeia de Santo Antônio dos Guarulhos, em Campos. Eram índios arrojados, que em muitas ocasiões atacaram as regiões de Campos e de Macaé. Os Guarulhos haviam recebido terras do governo português, mas essas terras foram reclamadas pelos jesuítas, o que levou os índios a provocarem as cidades e vilas, atacando-as como resposta ao território perdido. Entretanto, os nativos daquela região sempre foram os Goitacazes.

Para A. Carvalho, “os Sacurús ainda existem (no século XIX) nas montanhas e vales que mediam entre os rios São João e Macaé”<sup>[10]</sup>. Para ele, no Rio Seripe - o rio das Ostras - os índios aldeados deveriam ser os Goitacazes e não os Carijós. Maximiliano Wied-Neuwied, um viajante do século XIX observou:

“Dizem que, rio acima, para o interior, vivem os índios “Gorulhos “ou Guarulhos, em aldeias. A “Corografia Brasileira”(…) esclarece que, na

serra dos Órgãos, ainda existiam alguns remanescentes dela, conhecidos por “Sacurús”, inteiramente civilizados, os quais, talvez, tenham já hoje desaparecido. Diz-se que ainda são encontrados, entre outros pontos, na Freguesia de Nossa Senhora das Neves.”<sup>[11]</sup>

Podemos confirmar os Goitacazes ainda no rio Macaé, conforme a carta de concessão de sesmaria dada pela Coroa portuguesa aos jesuítas: “logo derrubou ele [Antônio Fagundes] uma roça de mato daninho, e alimpando uma tapera (aldeia abandonada) que fôra dos Aitacazes...”<sup>[12]</sup>. A última aldeia que os Goitacazes e os Guarulhos habitaram, antes de se dispersarem por outras aldeias mais distantes, levados pelos capuchinhos e pelos jesuítas, foi a de São Fidélis. Esse fato está relatado no jornal O Monitor Campista de 1886, segundo Feydit<sup>[13]</sup>.

A discussão sobre qual tribo indígena ocupava o Rio das Ostras não pode ser conclusiva, já que para se constituírem os aldeamentos jesuítas as tribos foram diversas vezes transferidas de suas regiões e origem para outras: a fim de se misturarem com os nativos, para diluírem o arrojo de tribos locais e mesmo para entrarem em choque com outras tribos, enfraquecendo a ambas e favorecendo o colonizador. Nesse sentido, os documentos encontrados nos deixam apenas entrever que os índios que habitaram o Rio das Ostras eram os Goitacazes, embora possivelmente outras tribos também devam ter passado por ali, incluindo os citados Sacurús cuja presença em rio das Ostras foi detectada tardiamente no século XIX. Destruídos por uma colonização que impôs novos valores, a cultura indígena se diluiu com o tempo.

Para Alcoforado<sup>[14]</sup> - e essa afirmação é categórica, sendo endossada por todos os pesquisadores - a atual denominação Rio das Ostras marca bem a dominação cultural portuguesa: ela é apenas uma tradução do primitivo nome indígena “iriry, que significa ostra!”<sup>[15]</sup>. Segundo Edelweiss, o vocábulo ostra tem suas origens no tupi “rerí”, que posteriormente se transformou em “iriry” ou “yriri”. Derivado desse vocábulo tupi, temos uma série de nomes que foram se transformando com o tempo, mas cuja origem é inegável. Do Iriry dos nativos, que nomeava o rio à época da chegada dos portugueses, os colonizadores foram transformando o vocábulo em: Iririu, Reriu, Reripe, Leripe, Seripe, Cleripe, Peruípe<sup>[16]</sup>. Todos podem ser encontrados em documentos ou mapas, designando o rio das Ostras. Quinhentos anos depois, a língua muda, mas o significado permanece inalterado, mostrando a força do batismo de um nome que foi dado a Rio das Ostras pelos seus primeiros habitantes.

Notas:

- [1] Ribeiro, D. O Povo Brasileiro. p. 29-31
- [2] Lamego, A . O Homem e a Restinga.
- [3] Parada, A . Coisas e Gente da Velha Macaé. p. 33
- [4] Lamego, A . A Terra Goitacá. vol. IV
- [5] Saint-Hilaire, A . Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil.
- [6] Ribeiro, D . ob. cit. P. 33
- [7] Idem, ibidem.
- [8] Serafim Leite, S. I. História da Companhia de Jesus no Brasil. p. 119
- [9] Tinoco, G . Macaé: história. p. 35
- [10] Carvalho, A . Apontamentos para a História da Capitania de São Tomé. P. 258.
- [11] Maximiliano, Wied-Neuwied. Viagem ao Brasil. p. 84
- [12] Citado por Carvalho, A . , ibidem, p. 333
- [13] Feydit, J. Subsídios para a História dos Campos dos Goitacazes
- [14] Alcoforado, P . O Tupi na Geografia Fluminense
- [15] Edelweiss, F . estudos Tupis e Tupi-guarani
- [16] A letra “r” das palavras Reripe e Reriu tem a mesma pronúncia como o “r” do vocábulo careta. Note-se que os sons “le” e “se” não faziam parte da língua tupi.



# PRIMEIRAS IMPRESSÕES

*“Extremamente fértil  
e aprazível é a terra.”*

Américo Vespúcio

A primazia da chegada dos portugueses ao sul da Bahia não significa que houvesse interesse em tomar posse da costa brasileira logo de início. As viagens empreendidas pelos países ibéricos no início do século XVI fundamentavam-se na política mercantilista, que visava atender aos interesses da burguesia comercial, em busca de ouro e de produtos de valor para o mercado europeu. Assim, as primeiras impressões dos portugueses foi a de uma terra rica em matérias primas, porém de pequeno valor comercial à primeira vista, já que o ouro não foi detectado pelos primeiros viajantes. A perspectiva de povoamento e colonização não foi aventada de início também por ser uma empreitada de altos custos. No entanto, várias nações européias estavam interessadas nessa terra e os portugueses logo foram obrigados a percorrer o litoral para garantirem a sua conquista. Um dos primeiros viajantes a observar a riqueza da natureza brasileira foi Américo Vespúcio <sup>[1]</sup>, que fez parte da primeira expedição de Gaspar de Lemos ao Brasil, em 1501, quando constatou que na mata atlântica havia pau-brasil, matéria-prima utilizada como corante vermelho em toda a Europa. No ano seguinte, o Brasil foi arrendado a Fernando de Noronha, que obtinha assim o direito de explorar as matérias-primas encontradas e de conceder licença a terceiros para a exploração comercial.

Nesse primeiro momento, os portugueses se restringiram ao litoral brasileiro, procurando conhecer desde a Bahia até o sul. Se visualizarmos essa parte do litoral, veremos que o norte do Estado do Rio de Janeiro é um local de grande importância estratégica, pois está a meio caminho entre o sul da Bahia e a baía de Guanabara. Essas duas regiões logo se destacaram aos olhos dos portugueses por serem baías que permitiam abrigar os navios, enseadas protegidas do vento e com mar tranquilo. Por esse motivo, atraíram tanto portugueses quanto piratas de diversas nacionalidades, como viu-se nos anos seguintes, e durante pelo menos dois séculos rendeu surdas batalhas. Entre Rio das Ostras e Cabo Frio encontramos condições ideais: a baía Formosa é um dos lugares mais propícios ao abrigo e à atracação de barcos.

Américo Vespúcio retornou ao Brasil em 1503, com a expedição de Gonçalo Coelho. Um ano depois, o navegador florentino chegou a Cabo

Frio, onde ficou por alguns meses. Nessa ocasião, realizou a primeira entrada <sup>[2]</sup> do Brasil, “partindo de Cabo Frio na direção do Rio de São João”, conforme os relatos da época, “por mais de 40 léguas”, onde se apercebeu da abundância do pau-brasil. Essa entrada de 1504 insere Rio das Ostras na História do Brasil, pois ao avançar na direção norte, obrigatoriamente ela atravessou o rio das Ostras, que dista de Cabo Frio aproximadamente 13 léguas. Segundo F. Alencar <sup>[3]</sup>, foi a partir dessa entrada pelo litoral e pelos sertões do norte fluminense que exploradores do pau-brasil passaram a ser chamados de “brasileiros” e a terra passou a se chamar Brasil. Assim, Rio das Ostras vem fazendo parte da História do país desde os seus primeiros passos ; e da mata atlântica que cobre as serras onde nasce o rio das Ostras saiu a madeira que dá nome ao país...

Alguns anos mais tarde, nova expedição à região resultou na aquisição de grande número de produtos tirados da mata atlântica. O barco, que partiu da feitoria de Cabo Frio, levava uma grande carga em direção à Europa: “5000 toras de pau-brasil, 22 tuins, 16 saguis, 16 gatos, 15 papagaios, 3 macacos, tudo avaliado em 22\$000; 40 peças de escravos, na maioria mulheres, avaliados no preço médio de 4\$400” <sup>[4]</sup>. Produtos exóticos dos trópicos, madeiras valiosas e alguns escravos apreendidos entre os indígenas. Tanto os nativos brasileiros quanto os animais eram vistos pela Europa renascentista com grande interesse por despertarem a curiosidade para uma cultura completamente desconhecida para eles: no século XVI, era considerado extremamente elegante as damas européias aparecerem em público carregando nos ombros ou nas mãos uma cacatua ou outro animal exótico, como se fosse um enfeite.

O encontro dos europeus com os indígenas brasileiros foi um verdadeiro choque cultural; se por um lado os portugueses e a Europa viram os produtos dos trópicos como exóticos, por outro os índios também se assustaram com os novos valores. Tanto fazia que a cultura européia viesse de Portugal, de França, Holanda ou Inglaterra, os interesses eram sempre os mesmos; a exploração mercantilista. Atônitos, os índios da costa brasileira começaram a se integrar ao processo de troca de produtos, levando aos europeus as madeiras valiosas e mais atônitos ainda ficaram ao perceber as tentativas de escravização. Senhores absolutos das terras, que conheciam profundamente, passaram a se embrenhar pelas florestas para fugir da escravidão. Ao surgirem outros povos europeus na disputa da terra, os índios tornaram-se seus aliados, sem perceberem que para os europeus, a primeira e única impressão era a de uma terra linda e valiosa para os seus interesses comerciais.

Notas:

[1] Vespúcio (1454-1512): navegante e cosmógrafo italiano que trabalhou para Portugal e Espanha; a América tem esse nome em sua homenagem.

[2] Expedição oficial de penetração para reconhecimento das terras e sua exploração.

[3] Alencar, F. História da Sociedade Brasileira.

[4] Citado por Peixoto, D. História Fluminense. p. 22



# PIRATAS OU COLONIZADORES

*“Se o direito da primeira posse fosse aceito, é incontestável que a conquista da cidade não seria mais do que uma justa represália, sendo inteiramente certo que nós fomos os primeiros possuidores da baía do Rio de Janeiro...”*

P. Parseau, da esquadra do francês Duguay Trouin

A riqueza atrai a cobiça de diversos povos europeus e a pirataria de ingleses, franceses e holandeses no litoral fluminense foi particularmente intensa. O mesmo motivo pelo qual portugueses se abrigaram ali, os piratas também encontravam na região um porto seguro para esconder suas embarcações da fiscalização dos primeiros. O sucesso da pirataria deve ser creditado ao modo como eram tratados os índios. O sistema de troca por escambo<sup>[1]</sup> era vantajoso para os europeus, que tinham dificuldades em penetrar pelo sertão brasileiro, enquanto que os índios conheciam perfeitamente aquele território e sua natureza. Em sua viagem de reconhecimento do litoral, Américo Vespúcio fundou uma feitoria em Cabo Frio, mas as dificuldades em lidar com os índios da região e a necessidade de prosseguir viagem fizeram com que essa feitoria fosse abandonada. Os portugueses levaram um século para se estabelecerem definitivamente no Cabo Frio: as entradas portuguesas visavam tão somente o lucro da exploração comercial das matérias primas e o aprisionamento dos índios.

Quando os outros povos europeus chegaram e fizeram contato com os índios, perceberam o distanciamento e a animosidade entre estes e os portugueses. No relatório que um holandês fez ao seu governo, referindo-se aos portugueses aqui residentes, afirmou que era acirrada a disputa pela conquista do território, sendo que “os portugueses são a segunda espécie de povoadores do país (...) e que de um modo geral são pouco favoráveis aos holandeses (...). Os brasileiros, que são os mais antigos moradores e os primitivos senhores daquele país, não vivem juntamente com os portugueses, mas separados, em suas aldeias”<sup>[2]</sup>.

O que isto significa? Que ao olhar dos holandeses, ficavam patentes as diferenças entre portugueses e indígenas, indicando que pairava no ar uma certa animosidade. De qualquer maneira, não havia mesmo motivos para os índios se aproximarem muito dos valores europeus. Pelo contrário, eram os portugueses que, mais por uma questão de sobrevivência, se viam obrigados

a aprender com os índios o seu “modus vivendi”. Os holandeses não restringiram a ocupação territorial ao nordeste do país, tendo feito incursões à costa fluminense e chegaram mesmo a se estabelecer, cerca de duzentos deles, nos arredores de Rio das Ostras e Cabo Frio, escondidos nas serras. Os portugueses demoraram a descobrir o grupo de piratas, que ao que tudo indica mantinham bom relacionamento com os indígenas. Foi somente com a presença dos jesuítas junto aos índios da região que foi possível aos portugueses chegar aos corsários holandeses, destruindo seu acampamento.

No início do século XVI o Brasil ainda não pertencia em definitivo a nenhuma nação, por isso vemos tantas tentativas de dominação da costa brasileira por parte da Inglaterra, da Holanda e da França. Esta última chegou a tentar fundar no Rio de Janeiro a França Antártica, cujos objetivos eram a exploração e o acolhimento dos protestantes franceses, perseguidos em seu país de origem. As investidas francesas ao Rio de Janeiro partiam sempre de Cabo Frio, onde os franceses tinham como aliados os Tamoios, com os quais chegaram a conviver, embora também tivessem como objetivo a exploração. Por essa aliança com os franceses os Tamoios pagariam caro, pois as autoridades portuguesas fizeram uma investida que dizimou com a Confederação dos Tamoios, matando mais de 2000 habitantes do Cabo Frio. Os franceses tiveram tanta importância para a história fluminense que Capistrano de Abreu - reportando-se a Jean de Léry - chegou ao ponto de questionar se o Brasil pertencia aos portugueses, chamados pelos índios de perós, ou aos franceses, chamados por eles de mair.

Durante todo esse período, o rio das Ostras foi abrigo para barcos dos holandeses, ingleses e principalmente franceses, que eram os mais frequentes visitantes da região. A cada investida portuguesa contra o Cabo Frio, os piratas escapavam para abrigos de onde não pudessem ser vistos pelos lusitanos. E o local que melhor atendia a essa necessidade era o rio das Ostras, no extremo da Baía Formosa, tanto pela sua proximidade com Cabo Frio, quanto pela proteção natural que oferecia.

Naquele século era inútil querer discutir a quem pertencia o Brasil: todo o novo mundo que estava sendo desbravado pelas navegações europeias, da América ao Pacífico, se encontrou sob esse dilema. Do ponto de vista do índio brasileiro, não havia diferença entre piratas e colonizadores. Para a história que se desenvolveu no decorrer desses quinhentos anos, restou uma cultura com fronteiras sutis, que entrelaça os valores europeus e os indígenas na formação da sociedade brasileira.

Notas:

[1] Os indígenas fornecem a mão-de-obra para exploração das madeiras e recebem objetos de todo tipo como pagamento por seu trabalho.

[2] Van Der Dusen. Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil. Citado por Castro, T. História Documental do Brasil. p. 70-1



## DIVISÃO DAS TERRAS

*“Faz el-rei mercê a ... de uma capitania na costa do Brasil com ... léguas de extensão pela mesma costa, com todas as ilhas que se acharem dez léguas ao mar fronteiras a ela; e pelos sertões adentro com a extensão que se achar. A capitania doada é inalienável (...) e o donatário chamar-se-á perpetuamente capitão e governador”.*

Carta Foral

Foi somente em 1530 que o governo português se lançou à tarefa de ocupar definitivamente o território brasileiro, ao enviar uma expedição chefiada por Martim Afonso de Souza. Devido às grandes dimensões, o Brasil foi repartido em quinze Capitânicas Hereditárias. Os portugueses que as receberam eram chamados de donatários e possuíam plenos poderes sobre o seu território. O contrato entre o governo português e o donatário de uma capitania se baseava em dois documentos: a Carta de Doação e a Carta Foral.

A Carta de Doação era, como o próprio nome já diz, o contrato no qual a Coroa portuguesa concedia a propriedade ao donatário. Como exemplo, a doação feita a Duarte Coelho em 1534, “conferia-se ao donatário a faculdade de mandar 24 escravos cada ano para Lisboa (...). Era ainda determinado a fundação de vilas, não somente no continente, mas também ao largo da costa, numa faixa de 10 léguas. Eram conferidas atribuições tão amplas como se quase nenhum vínculo o ligasse à metrópole (...). Assinalava-se ao titular de tal outorga superintender todos os atos da jurisdição civil e criminal”<sup>[1]</sup>.

As Cartas Forais tinham como característica “suprir a ausência de costumes locais”, de acordo com J. Câmara eram uma espécie de diploma de concessão de privilégios. O tipo de Foral mais utilizado no Brasil foram as Cartas de Povoação. Com elas, os Capitães podiam conceder Sesmarias, ao mesmo tempo em que se obrigavam a pagar os devidos tributos a Portugal - pois os donatários tinham a posse da terra mas a propriedade pertencia ao governo português. Coexistiram no Brasil num mesmo período Capitânicas e Sesmarias, como descreve A. Parada:

“Dentro de tamanha magnanimidade de El-Rei havia, contudo, algumas restrições, tais como o recolhimento para ele da dízima dos frutos da terra e

do peixe pescado, exceto a vara; do quinto de todas as pedras preciosas, aljófar (pérola muito miúda), coral, ouro, prata, cobre e chumbo, a proibição de o donatário comerciar com escravos, pau-brasil, especiarias e drogas. Por outro lado, ao donatário eram concedidos outros favores e poderes especiais, como o recolhimento de certos impostos cobrados aos moradores de sua capitania, nomeação de capitães, cabos e todas as mais autoridades, bem como ouvidores, juizes, escrivães, conhecer dos crimes, decidir os conflitos.”<sup>[2]</sup>

O que hoje é o Estado do Rio de Janeiro se dividia em duas Capitânicas, chamadas São Vicente (ou do Rio de Janeiro) e São Tomé (ou da Paraíba do Sul).

A Capitania de São Vicente que foi doada a Martim Afonso de Souza “começava a treze léguas ao norte do Cabo Frio, nas proximidades do rio Macaé e se estendia para o sul, atingindo um ponto da costa atual do Estado do Paraná”<sup>[3]</sup>. Essa Capitania não foi bem sucedida nos seus primórdios: Martim Afonso a deixou, poucos anos depois de tomar posse, para prosseguir suas viagens de reconhecimento de terras para Portugal. Em 1535, Martim Afonso escreveu uma carta da Índia dizendo a um nobre que desejava obter uma parte de suas terras que poderia fazê-lo: “mande-a tomar toda ou a que quiser, que essa será para mim a maior mercê e a maior honra do mundo”<sup>[4]</sup>. Devido ao abandono, as terras foram consideradas devolutas e a Capitania foi devolvida à Coroa portuguesa por volta de 1565, transformando-se em Capitania Real. A partir dessa data - fundação da cidade do Rio de Janeiro - é que passou a ser chamada de Capitania do Rio de Janeiro<sup>[5]</sup>. Entretanto, os interesses de Portugal se concentraram na defesa da Baía de Guanabara, relegando o norte do território ao abandono. As terras da baixada litorânea, Rio das Ostras incluído, não ofereciam maiores atrativos aos olhos da Coroa portuguesa. Nem a cidade do Rio de Janeiro era, ainda, objeto do interesse lusitano na colônia, neste período.

A Capitania de São Tomé ou da Paraíba do Sul foi doada a Pero Góes da Silveira, através de Alvará de 10 de março de 1534, confirmado pela Carta de Doação de 28 de janeiro de 1536. Segundo Frei Vicente do Salvador, o capitão Pero Góes: “andou por esta costa do Brasil e pela afeição que tomou à terra pediu a El-Rei D. João que lhe desse nela uma capitania, e assim lhe fez mercê de cinquenta léguas de terra ao longo da costa ou as que se achassem donde acabassem as de Martim Afonso de Souza até que entestasse com as de Vasco Fernandes Coutinho. Da qual capitania foi tomar posse com uma boa frota, que fez em Portugal à sua custa, bem fornecida de gente e todo o necessário, e no rio chamado Paraíba, se fortificou e fez uma povoação, em que esteve bem os primeiros dois anos, e depois se lhe levantou o gentio e o teve em guerra cinco ou seis anos, tanto que foi forçado a despejar a terra e passar-se com toda a gente para a capitania do Espírito Santo”<sup>[6]</sup>.

Pero Góes ainda tentou se estabelecer nos Campos dos Goitacazes e dar início ao processo de ocupação da terra com a lavoura canavieira, porém os ataques constantes dos Goitacazes dificultaram o efetivo estabelecimento na região. Assim, temos que o norte fluminense foi, desde o início da colonização portuguesa, dividido entre dois donatários que, entretanto, não chegaram a ocupar efetivamente as suas terras, deixando muitos espaços desocupados, dentre os quais se destaca Rio das Ostras. Isso logo iria criar um grande problema na delimitação da fronteira entre as capitanias, ensejando ao mesmo tempo a usurpação de terras e os pedidos de concessão de sesmarias.

Notas:

[1] Citado por Câmara, J. Subsídios para a História do Direito Pátrio. vol . 1, p. 96-7.

[2] Parada, A. Histórias da Velha Macaé. p. 18

[3] Peixoto, D. História Fluminense. p. 28

[4] Citado por Salvador, V. História do Brasil. p. 7

[5] Como encontramos indistintamente nos documentos as duas terminologias para essa capitania, Rio de Janeiro e São Vicente, usaremos ambos os termos.

[6] Salvador, V. ob. cit. p. 92



# INÍCIO DO POVOAMENTO

*“A tarefa de povoamento e segurança, para as bandas de Macaé, foi cometida a Amador de Souza, filho do célebre Araribóia, e a seu sobrinho Manoel de Souza.”*

Desde meados do século XVI o norte fluminense começou a despertar para a lavoura canavieira, que teve grande destaque nas fazendas próximas a Campos. Depois da exploração da mata atlântica, o açúcar foi o grande produto que levou ao povoamento desta região. Concomitantemente, a criação de gado foi outra atividade desenvolvida. Para produzir o açúcar era necessário uma estrutura latifundiária bem organizada e concentrada nas mãos de poucos senhores de terras, e foram esses mesmos proprietários que, na luta para expandir essas terras, foram cada vez mais longe, conquistando espaços para a criação de gado. As tropas que transportavam o gado para o norte fluminense precisavam de caminhos seguros. Isso fez com que pequenos lugarejos começassem a aparecer nos mapas, lugares onde os viajantes paravam para se abastecer de água e de alimentos. Havia também a questão da segurança, que fez com que o governo português criasse postos de fiscalização, principalmente nos rios, já que as travessias eram trabalhosas. Assim, logo de início, Rio das Ostras aparece como uma das passagens dos tropeiros, já que tinham obrigatoriamente que parar e preparar o transporte do gado através do rio.

Em torno dessa atividade foi se desenvolvendo um pequeno núcleo nas proximidades do rio das Ostras. Policiamento para assegurar e garantir a travessia, ao mesmo tempo em que pequenos comerciantes começaram a se estabelecer nos arredores. Havia a cobrança de impostos, por parte do governo português - delegados aos capitães - e era assegurada a liberdade de travessia”, “as sesmarias de Campos, todas, foram concedidas com a cláusula de ficar reservada meia légua em quadra às margens dos rios, que precise de barca para atravessar”<sup>[1]</sup>. Como comprovou Saint-Hilaire, no século XIX: “deixando Macaé, atravessei, em piroga, o rio. O pedágio é cobrado pela administração da cidade à razão de 40 réis por pessoa”<sup>[2]</sup>. O mesmo princípio se aplica aos demais rios da região: São João, das Ostras, Macaé, Paraíba do Sul e assim por diante. A grande diferença do rio das Ostras para esses demais rios está nas suas dimensões: enquanto os outros eram rios de grandes dimensões, que permitiam a entrada de barcos de médio porte, o rio das Ostras, pequeno, estreito, com pouca profundidade, impedia que barcos por

ele subissem: “segue a costa légua e meia do rio de São João até o das Ostras, na direção de leste a oeste. Aquele rio não goza de uma foz suficiente para entrarem lanchas grandes, e somente as pequenas de maré cheia”<sup>[3]</sup>. E ainda “quatro léguas adiante da mesma enseada (da Concha) se divisa a boca do rio das Ostras, por onde não entram outros vasos maiores que canoas...”<sup>[4]</sup>. Assim, por ser reduzido o movimento de barcos, a travessia ficava restrita às tropas de gado em direção ao norte, o que fez com que a fiscalização na foz desse rio fosse sempre menos rigorosa do que nos outros. Um exemplo de como funcionava essa estrutura: por volta de 1730 se estabeleceu um registro de passagem em Macaé, que obrigava os moradores (fazendeiros de gado) a sustentarem a pessoa que fiscalizava gado e viajantes e, indo mais além, o governo obrigava Martim Correa - cuja posse da terra havia sido dada como ilegal - a provar “a criação de registro de passagens em Macaé, fora das 20 léguas da doação, privando assim os seus habitantes do uso antiquíssimo de alugarem as suas canoas aos passageiros”, segundo Lamego<sup>[5]</sup>.

Por esse motivo, Rio das Ostras se desenvolveu, desde o início de seu povoamento, numa escala bem menor que as outras cidades localizadas à beira de rios maiores. Como consequência, a baía Formosa e o rio das Ostras foram sempre abrigo para piratas, para barcos e pequenos comerciantes, para fazendeiros donos de engenhos e para toda uma população que vivia praticamente isolada, tendo contato com o resto da Província apenas através dos viajantes que atravessavam o rio, obrigando-se a uma parada .

Para termos uma idéia do desenvolvimento urbano na Província do Rio de Janeiro por volta do século XVIII, “em 1767 a Carta da Capitania elaborada por Manoel Vieira Leão (Carta da Capitania do Rio de Janeiro) indicava a existência de duas cidades: São Sebastião e Cabo Frio, e cinco vilas: São Salvador, São João da Barra, Parati, Angra dos Reis e Macacú”<sup>[6]</sup>. O Rio das Ostras era tão somente um arraial nessa época. Era necessário povoar e ocupar efetivamente as vastas extensões de terras entre essas cidades. A solução encontrada foi a doação de sesmarias. Desde o início do povoamento do litoral fluminense, Rio das Ostras foi uma espécie de “reserva” de terras, por ser uma região limítrofe entre as fazendas, capitanias e sesmarias. Rio das Ostras teria sido doada ao filho de Araribóia. Podemos então questionar porque o povoamento dessa região, Rio das Ostras e Macaé, fôra entregue aos descendentes de chefe indígena: os portugueses doavam terras como forma de presentear e, muitas vezes, retribuir favores prestados. Assim foi com o próprio Araribóia que, por ter lutado contra os franceses e os Tamoios de Cabo Frio pela conquista do Rio de Janeiro para os portugueses recebeu as terras de Niterói como prêmio por seus serviços.

Nesse sentido, é de imaginar que doar terras ameaçadas por esses mesmos Tamoios e franceses - Rio das Ostras e as “bandas de Macaé” - para

aqueles que ajudaram a derrotá-los era uma política bastante agressiva e eficiente de Portugal. Dessa forma, conseguiria estabelecer uma espécie de “cêrco” ao Cabo Frio, povoando a região e impondo ali a presença portuguesa, através de seus aliados: militares, fazendeiros, jesuítas.

Notas:

- [1] Feydit, J. Subsídios para a História dos Campos dos Goitacazes. p. 41
- [2] Saint-Hilaire, A . Viagem pelo distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. p. 72
- [3] Lisboa, B. Anais do Rio de Janeiro. p. 98
- [4] Pizarro, J. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. p. 141
- [5] Lamego, A . Terra Goitacá. p. 62
- [6] Sanches, M . Proveito e Negócio. P. 157



## DONOS DA TERRA

*“De comum acordo com os padres da Companhia de Jesus, forjaram uma ‘escritura endiabrada’ e apossaram-se judicialmente de grande parte das terras dos Sete Capitães.”*

A . Parada

Sesmaria significa “área fronteira ao mar”, de acordo com Sanches<sup>[1]</sup>. Num sentido mais amplo, doar sesmarias significava doar terras não aproveitadas. Com o Alvará de 05 de outubro de 1795 foi criado o Regimento das Sesmarias do Brasil, de acordo com as Ordenações Manuelinas (ordenamento jurídico português), embora sesmarias - no sentido de pequenas propriedades - fossem doadas desde o século XVI. Esse regimento permitia aos capitães conceder as terras, e também resgatá-las no caso de não ocupação ou não cumprimento das obrigações por parte dos sesmeiros. O motivo de se privilegiar o sistema de Sesmarias em troca do das Capitânicas foi a grande dificuldade de um capitão administrar tamanhas extensões de terra. Muitos dos donos das Capitânicas sequer chegaram a se estabelecer nelas, como foi o caso de Martim Afonso e mesmo de Pero Góes, mal sucedido em sua tentativa. Nesse sentido, as sesmarias funcionavam como pequenos pontos de ocupação e de defesa dos territórios avançados e por conquistar.

Em dimensões infinitamente menores, a vigilância era menos difícil para o sesmeiro; e esse sistema obteve êxito porque permitiu à Coroa portuguesa estender os dois braços de pioneirismo em terras por conquistar: o braço militar e o religioso, expresso na figura dos jesuítas, além dos senhores de terras usuais. Assim, onde houvesse necessidade da fiscalização militar - próximo a rios, portos, cidades importantes -, sesmarias eram doadas a senhores capazes de garantir a proteção da área. Embora muitas sesmarias tenham sido doadas à pessoas comuns, geralmente essas doações eram feitas a nobres ou pessoas com condições de administrá-las e de manter uma milícia local. Quando a Coroa portuguesa sentia que havia índios inimigos ou arredios ao contato, doava sesmarias à Companhia de Jesus - e a outras ordens religiosas também -, para que os padres jesuítas aldeassem os índios. Assim, muitas das terras doadas acabaram em mãos da Igreja católica: em especial da Ordem jesuítica, mas também beneditinos, franciscanos e carmelitas.

Até aproximadamente 1560, o litoral norte fluminense ficou abandonado, entregue aos piratas franceses e ingleses, a tal ponto que esses últimos se estabeleceram próximos à Lagoa Feia, na orla marítima, sem que fossem importunados. Somente em 1575 os portugueses enviaram tropas a Cabo Frio, na destruição da Confederação dos Tamoios, e apenas em 1615 o espanhol Gondomar fundou o primeiro núcleo em Macaé, enquanto que Constantino Menelau fundava, nesse mesmo ano, a cidade de Cabo Frio, ao expulsar os corsários e piratas dali. A partir do século XVII o governador do Rio de Janeiro, Martim Corrêa de Sá, recebeu ordem do rei para conceder Sesmarias nas Capitânicas abandonadas. Nessa ocasião, o rei espanhol Filipe II <sup>[2]</sup> ordenou o povoamento da região de Macaé com cerca de duzentos índios:

“O governador espanhol, entretanto, ordena logo ao governador geral Gaspar de Souza que estabelecesse de cem a duzentos índios numa aldeia sobre o rio Macaé, defronte da ilha de Santana, onde soiam desembarcar os entrelopos [ navios de contrabando] , e que fundasse um estabelecimento semelhante sobre o rio Leriipe, hoje rio das Ostras, onde os inimigos cortavam as madeiras colorantes, principal mercadoria que a este vedado país vinham buscar. Os índios para estes estabelecimentos haviam de ser carijós, trazidos da vila de São Paulo. A cada aldeamento se daria um jesuíta.” <sup>[3]</sup>

Essa foi uma prática comum no Brasil: o remanejamento de índios para fortalecer a dominação portuguesa em determinadas regiões, principalmente naquelas povoadas por tribos arredias. Ao mesmo tempo, em 1619 os jesuítas, liderados por José de Anchieta, retornaram do Espírito Santo e vieram catequizar os índios Goitacazes, tarefa na qual obtiveram algum êxito. Logo as terras próximas a Rio das Ostras viriam a ser repartidas em sesmarias. Para aperfeiçoar o controle português sobre as terras, começaram a distribuir sesmarias com grande frequência a quem as solicitasse e provasse o não aproveitamento dessas terras por seus antigos donos. Por esse motivo, senhores de engenho que haviam lutado contra os franceses e contra os índios Tamoios e Tupinambás foram os primeiros a ganhar as terras da antiga Capitania de São Tomé em 1625. A capitania se dividiu em sesmarias em 1627, sendo os proprietários obrigados a pagar fôro aos donatários e a pagar o dízimo à Ordem de Cristo (ordem militar portuguesa). Segundo Peixoto, “essa doação abrangia a parte da capitania compreendida entre o rio Macaé, correndo a costa até o rio Iguaçu no norte do cabo de São Tomé <sup>[4]</sup>, mas, como veremos, as doações de sesmarias iriam se estender também sobre o território entre Rio das Ostras e o rio São João. Um grupo desses senhores passou a ser denominado Sete Capitães: Miguel Ayres Maldonado, Miguel da Silva Riscado, João de Castilho, Gonçalo Corrêa de Sá, Manoel Corrêa, Duarte Corrêa e Antônio Pinto Pereira - que ficou com

as terras mais ao sul, próximas ao rio Macaé.

O primeiro deles, Maldonado, escreveu o “Roteiro dos Sete Capitães”, onde relatou que em 1632 fizeram a primeira viagem de reconhecimento das terras, aproveitando para espalhar os primeiros canaviais; em poucos anos já havia uma atividade agrícola bastante intensa baseada na cultura da cana de açúcar que trazia consigo a criação de gado. Segundo Lamego, “em 1º. de dezembro de 1632 [os sete capitães] atravessaram o rio que denominaram “raraby” por causa de coqueiros dessa espécie”<sup>[5]</sup>. Nesse Roteiro o autor fez referência aos Goitacazes ferozes que “costeavam pelo norte do rio Paraíba até as cordilheiras das minas do outro (...); os da parte sul eram uma horda da mesma raça, porém muito mais pacíficos, e que nas ditas campinas haviam duas aldeias: uma não muito distante de Macaé e a outra na ponta do cabo de São Tomé”<sup>[6]</sup>. Mesmo sendo considerados “mais pacíficos”, durante muito tempo os Goitacazes da baixada litorânea dificultaram o povoamento das terras. Foi então que em 1647, Salvador Corrêa de Sá e Benevides - governador do Rio de Janeiro - decidiu povoar a região dividindo as terras em doze partes e doando três delas aos jesuítas. Mais tarde, em 1652, a sesmaria dos sete capitães ficou dividida entre jesuítas, beneditinos, o capitão Pedro Souza Pereira, Correa Vasqueanes, os dois capitães restantes e Salvador Correa de Sá. O território da antiga capitania passou então para os descendentes de Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Foram esses herdeiros que se aliaram aos padres da companhia de Jesus para se apossarem das terras pertencentes aos sete capitães. As terras férteis da Capitania de São Tomé despertaram desde cedo a cobiça dos senhores de engenho: por isso constatamos tantas alterações de proprietários e lutas pela sua posse.

Salvador foi governador por três vezes, e seu filho, Martim Corrêa de Sá, foi o primeiro Visconde de Asseca. Os Asseca foram os fundadores da vila de São Salvador, de Campos dos Goitacazes, em 1653. Os filhos de Salvador, Martim e João, obtiveram a Capitania de São Tomé em setembro de 1674. Martim foi sucedido pelo seu filho Salvador Corrêa de Sá, 2º. Visconde de Asseca, que partilhou a capitania com o tio. Foram eles que pediram índios para o povoamento da região e solicitaram também autorização para importar cerca de 800 escravos de Angola diretamente para os canaviais da Capitania.

Nesse momento, meados do século XVII, a grande baixada do rio São João ao rio Macaé podia ser considerada uma terra sem dono, o que de acordo com as regras de doação de sesmarias, fez com que todos desejassem se apossar desse território. Por isso, Rio das Ostras seria sempre, no decorrer de sua história, um território disputado. E com a transferência de terras dos capitães para a família dos Asseca, passou a se invocar o rio das Ostras

como o limite de terras em litúgio - e não mais o rio Macaé ou os Campos do Iriry.

Notas:

[1] Sanches, M . Proveito e Negócio. p. 157

[2] Entre 1580 e 1640 Portugal e Espanha formaram a União das Monarquias Ibéricas; por direitos de herança, o rei espanhol assumiu o trono português, apoiado pela burguesia mercantil. Essa União provocou a reação da Holanda, que passou a atacar as colônias ibéricas, numa luta de interesses econômicos com reflexos no Brasil.

[3] Lamego, A. O Homem e a Restinga. p. 163

[4] Peixoto, D. História Fluminense. p. 26

[5] Lamego, A. A Terra Goitacá. vol. 1, p. 40. Notemos que *raraby* e *iriry* são nomes muito parecidos e o segundo significa ostra, mas também é considerado o nome de um coqueiro.

[6] Parada, A. Coisas e Gente da Velha Macaé. p. 33



*Caminhos do Rio de Janeiro - da Bahia ao Rio de Janeiro. Século XVIII. Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional*

## PRESENÇA DOS JESUÍTAS

*“Mas nem uma palavra pronunciam com F, L, ou R, não só das suas mas nem ainda das nossas; e o pior é que também carecem de fé, de lei e de rei, que se pronunciam com as ditas letras.”*

Frei Vicente do Salvador

Tão logo o governo português resolveu marcar sua presença efetiva no território brasileiro, o que ocorreu em meados do século XVI, trouxe consigo a Companhia de Jesus, que viria a ser um dos mais fortes elementos de fixação da dominação portuguesa. Foi com o estabelecimento dos governos gerais, a partir da vinda de Tomé de Souza e depois de Duarte da Costa, que vieram os primeiros jesuítas, chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega, dentre os quais se encontrava José de Anchieta. Os padres da Companhia vieram nos primeiros navios portugueses com a finalidade de catequizar os índios, mas o seu papel foi muito além de um simples ensinamento religioso. Atuaram principalmente na Bahia e em São Paulo. A primeira visita jesuítica à Vila de São Vicente, em São Paulo, se deu entre 1549 e 1550. No Rio de Janeiro tiveram grande importância na medida em que procuraram apaziguar os índios que lutavam ao lado dos franceses contra os portugueses. As primeiras penetrações que realizaram para contactar os índios foram verdadeiras entradas, já que contavam com o apoio e a proteção dos portugueses, de quem foram sempre os mais fiéis aliados. Devemos considerar essas entradas como missões militares de reconhecimento do território e da população, ao mesmo tempo em que denunciavam o elemento estrangeiro.

Segundo José <sup>[1]</sup>, a finalidade da atuação dos jesuítas no Brasil era: catequizar, apaziguar e promover a descida dos índios do sertão, dar assistência religiosa aos membros das expedições militares e também aos habitantes das vilas e das povoações já existentes. Com uma fantástica organização, a Companhia estabeleceu Resistências no litoral, Colégios nas cidades e, no interior, missões e aldeamentos que foram o princípio das reduções indígenas. Os índios eram seduzidos a residir nesses aldeamentos, onde aprendiam a religião católica, a língua portuguesa e costumes do colonizador europeu. Nesse sentido, ao perder os laços com sua cultura de origem, os índios aldeados tendiam a tornar-se aliados dos portugueses e muitas vezes foram utilizados índios das missões e de aldeamentos para lutarem contra tribos arredias a esse contato. Houve a firme intenção dos jesuítas de criarem um aldeamento

no rio das Ostras, como veremos a seguir, porém ficaram somente na intenção, não chegando nunca a se estabelecerem na foz do rio com um empreendimento agrícola e religioso.

As duas aldeias - quando falamos aldeias, referimo-nos aos aldeamentos dos jesuítas - mais próximas de Rio das Ostras foram, sem esquecer a presença dos padres em Barra de São João, as de São Pedro e da Fazenda de Sant'Anna de Macaé, sendo que essa última teve um desenvolvimento tão grande que acabou por expandir seus interesses latifundiários sobre Rio das Ostras. Essas propriedades da Companhia de Jesus eram enormes fazendas e, no caso do norte fluminense, dedicavam-se à produção canavieira e à criação de gado, onde os índios não eram considerados escravos mas eram a mão de obra que sustentava toda a produção.

Desde 1616 que a Coroa portuguesa, preocupada com as investidas de piratas, ordenou que “se fundassem uma cidade e, como apoio, duas aldeias de índios, uma no Rio de Macaé, com índios da aldeia de São Lourenço, outra no Rio de Peruípe, na Baía Formosa, que banha a ponta de Búzios. A segunda ficaria a cargo de Amador de Souza, filho de Araribóia, e para ambas as Aldeias seriam enviados, “para que os índios se conservem, religiosos da Companhia de Jesus”(de acordo com o parecer de Martim de Sá, de 31 de outubro de 1616)”.<sup>[2]</sup>

Os jesuítas logo se apressaram a solicitar que lhes fossem concedidas duas aldeias na região. Segundo Serafim Leite, “a primeira Fazenda dos Jesuítas, para além da aldeia de São Pedro, foi concedida ao reitor do Colégio do Rio de Janeiro, Francisco Fernandes, a 1º de agosto de 1630, entre Macaé, pela costa, para a banda do sul, até o rio Leriipe, e pelo sertão até o pé da serra”.<sup>[3]</sup>

Em 1630, a Petição dos jesuítas se referia a uma sesmaria nos seguintes termos:

“O Padre Francisco Carneiro, da Companhia de Jesus, reitor do colégio do Rio de Janeiro e os índios da aldeia do Cabo Frio com os de nação aitacazes moradores na mesma aldeia que por mandado particular de sua Majestade fundou de novo o Padre Provincial, que então era, com os índios que os Padres da mesma Companhia para ali trouxeram do Espírito Santo.

Pedem a Vossa Senhoria, ele dito Reitor e índios do Cabo Frio, lhes dê de sesmaria, em nome de Sua Majestade e como sesmeiro e procurador que é de Gil de Góes e do senhorio da Capitania de São Vicente, todos os campos que estão entre Macaé por costa para a banda do sul até Itapebuçú ou o rio de Cleripe ( ou Seripe) que estiverem por dar, e estes com os mais acima declarados com todos os matos e comodidades que neles se acharem e para o sertão todos os que responderem à dita demarcação”...<sup>[4]</sup>

A 1º. de agosto de 1630, Martim de Sá concedeu a Carta Foral e em 20

de novembro do mesmo ano o Auto de Posse confirmou que:

“... e fui eu, Tabelião do Cabo Frio, adonde chamam o rio de Reriu, e sendo lá da bando do rio (...) fiz perguntas a Antônio Fagundes e alguns índios que na companhia levava, e lhes fiz perguntas se era aquele o rio chamado Reriu, conteúdo na Carta de Sesmaria.”<sup>[5]</sup>

Antônio Fagundes, procurador do Reverendo Padre Reitor Francisco Fernandes, do Colégio do Rio de Janeiro, representava ali naquele momento a Companhia de Jesus na posse da sesmaria do Rio das Ostras. O tabelião então procurou saber se havia alguém que contradissesse o auto de posse, e relatou que [Fagundes]:

“tomou de ramos e terra na mão, passeando pelas ditas terras e campo (...) o meti de posse das ditas terras de Reriu e campos (...), metendo um marco de pedra com a marca do dito Colégio e num pau alto verde por nome pitoma [árvore frutífera do norte fluminense], tudo junto do dito rio e roçando logo e plantando algumas árvores de espinhos e por não haver porteiro apregooou o dito Antônio Fagundes em como o meti de posse e houve por empossado das ditas terras (...) e ora assim declarada fomos a uma ponta de praia adonde chamam Itapebuçú, outrossim conteúdo na carta de sesmaria (...), e ficou logo de posse, metendo na entrada da praia e caminho do mato uma pedra por marco com a marca do dito Colégio”.<sup>[6]</sup>

Esse ritual foi repetido em Macaé, a outra sesmaria concedida aos jesuítas. Chamamos a atenção para tal ritual de posse da terra, que remonta aos costumes medievais, quando era suficiente um ato simbólico para selar um contrato ou acordo. No caso da posse da sesmaria, o procurador pegar um punhado de terra e de vegetação por si só já representava o ato jurídico de se tornar proprietário daquelas terras, embora, evidentemente, tenham realizados todos os contratos com a Coroa portuguesa. Esses marcos de pedra com o símbolo da companhia de Jesus talvez ainda possam ser encontrados na região, pois foram abandonados. Nesse sentido Rio das Ostras pertenceu à Companhia de Jesus a partir de 1630, porém, efetivamente os jesuítas não chegaram a ocupar a terra. Como costumava acontecer com freqüência, muitos sesmeiros nunca construíram benefícios.

Notas:

[1] José, O. Atuação dos Jesuítas no Brasil no Século XVI. P. 13

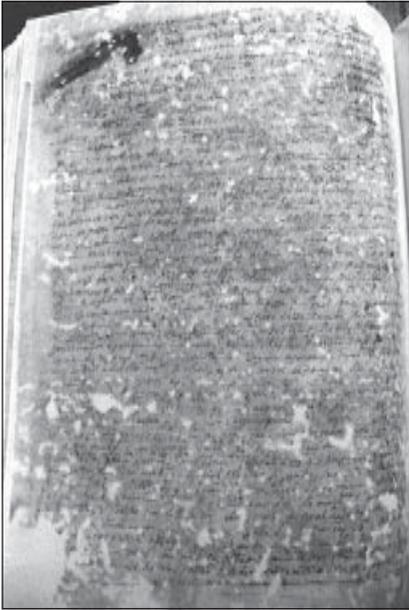
[2] Serafim Leite. História da Companhia de Jesus no Brasil. p. 119

[3] Idem, ibidem. p. 83

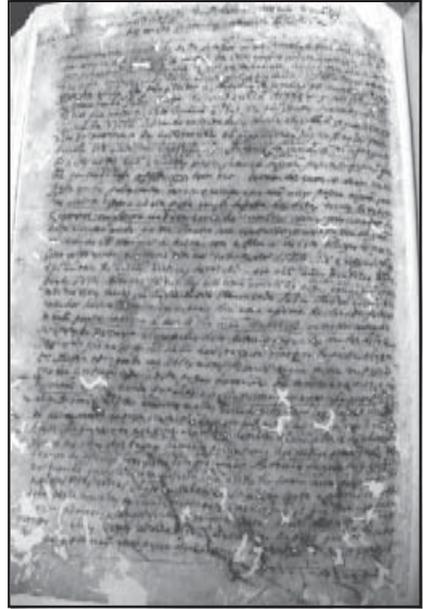
[4] Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. vol. 82. P. 290

[5] Ibidem. p. 294

[6] Ibidem. p. 294



*Petição dos Jesuítas, 1630. Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.*



*Auto de Posse de Sesmária, 1630. Livro do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional.*

## QUESTÃO DOS LIMITES E DA POSSE

*“A treze léguas das pescarias do Cabo Frio”,  
nos Campos do Iriy.”*

Treze léguas ao norte do Cabo Frio: esse era o limite entre as Capitânicas de São Vicente e de São Tomé. A grande questão que divide todos os estudiosos da história fluminense é delimitar com precisão onde ficava essa divisa. Para Auguste Saint-Hilaire, as distâncias aproximadas seriam: de Cabo Frio à Fazenda São Jacinto (três léguas), desta a São João (quatro léguas e meia) e deste ao embarcadouro do rio das Ostras (duas léguas), num total de nove léguas de distância. O objetivo de todos era definir qual o ponto geográfico que se localizava a treze léguas; e nesse detalhe, cada proprietário dizia que o limite ficava onde melhor lhe convinha, chegando-se ao requinte de questionar se essa medida seria em linha reta pelo mar ou por terra. Entendemos que “pescarias do Cabo Frio” refere-se à ponta de Búzios, como é dito em alguns documentos; e que a questionada distância de treze léguas levaria esse limite para algum lugar impreciso nos Campos do Iriy - vasta baixada entre os rios das Ostras e Macaé.

Para Tinoco, “a primeira vez que o nome Macaé aparece é na fixação dos limites das capitânicas de São Vicente e Paraíba do sul - 1535”<sup>[1]</sup>. Nesse sentido, desde os primeiros momentos da colonização Rio das Ostras pertenceu à capitania de São Vicente, posto que a divisa ficava ao norte, no rio Macaé. De acordo com o guia oficial de municípios fluminenses, o limite entre as capitânicas era o paralelo 22°,32',00", que passa entre Casimiro de Abreu e Rio das Ostras, mais precisamente pela foz do rio das Ostras. O herdeiro de São Tomé, Gil de Góes, afirmava que suas terras começavam “de treze léguas além do Cabo Frio”. Carvalho observa que São Tomé “limitava-se ao sul com a Capitania de São Vicente - no Campo de Iriy - treze léguas contadas das pescarias de Cabo Frio para o norte do mesmo cabo”<sup>[2]</sup>.

Desde então a questão dos limites dessas terras se intensificou:

“Era muito interessante a forma da partilha. Para o Visconde de Asseca, deviam ser destinadas as terras da Capitania de São Tomé, mas começando a cinco léguas para o sul do Baixo de Pargos até o rio das Ostras em Sant’Anna de Macaé, que se calculava ter vinte léguas. O general Salvador, para justificar essa forma de partilha, apresentára (...) aos antecessores de . Diogo Faro dez léguas do rio das Ostras a Cabo Frio “.<sup>[3]</sup>

Como podemos perceber, Rio das Ostras pertencia à Capitania de São Vicente até o final do século XVII, quando os Asseca se apossaram das terras,

tendo em vista que até aquele momento os jesuítas não haviam se estabelecido na sesmaria, limitando-se a fazer daquela baixada uma fazenda de criação degado. Então o Visconde de Asseca teria ficado com 25 léguas da Paraíba do Sul, enquanto que a seu tio coube um território de 75 léguas ao sul, cujo limite se dá precisamente no rio das Ostras. O domínio dos Viscondes de Asseca se estendeu entre os anos de 1647 a 1753. Os Asseca acabaram por vender ou abandonar seus bens. A capitania foi então retomada pela Coroa portuguesa - para quem de direito retornavam as terras “não aproveitadas”, ficando sob seu poder até 1674, embora sesmarias continuassem a ser distribuídas, tanto para os Capitães quanto para os herdeiros de Salvador Correia, como para os jesuítas. Segundo Carvalho, “veio ordem para que todo esse imenso trato de terreno fosse dividido em dois termos: as terras ao norte da barra do rio Paraíba passaram a pertencer ao termo de Vitória, Capitania do Espírito Santo, passando as do sul da mesma barra a fazer parte do termo de Assunção de Cabo Frio, com sujeição ao governo do Rio de Janeiro”.<sup>[4]</sup>

A partir de março de 1731, Rio das Ostras ficou sob a jurisdição de Cabo Frio, o que para efeitos legais significa que pertencia à Capitania de São Vicente, mesmo que suas terras fossem usurpadas pelos proprietários de São Tomé. Alguns autores referem-se à existência da Capitania de Cabo Frio, quando o correto seria dizer São Vicente ou Rio de Janeiro. Mais tarde a Capitania de São Tomé foi doada a Martim Correa de Sá e nessa nova distribuição perdeu 30 léguas ao sul, o que fez com que os limites se registrassem mais ao norte do rio das Ostras, que ficou definitivamente sob São Vicente. Entretanto a posse das terras por Martim Corrêa, filho do Visconde de Asseca, foi dada como ilegal em 1730, e o Ouvidor declarou que:

“Na Correição todos que viviam fora da graça de Martim Correa ficaram culpados...quanto à medição que respeita ao donatário, mandou a seu meirinho, com um criado que serve de promotor, pôr um marco em Santa Catarina da Mós e dizem que na volta será posto outro no rio das Ostras...”<sup>[5]</sup>

Desde então as terras - incluindo Rio das Ostras - passaram a ser cada vez mais divididas, fazendo as sesmarias limite com a Fazenda de Sant’Anna de Macaé, dos jesuítas. Quando o Visconde de Asseca doou as terras da região, deixou claro que:

“a dita capitania de 30 léguas se incluirá de treze além de Cabo Frio para a banda do norte, onde se acha a capitania que foi de Martim Afonso de Souza. E acabarão nos Baixos dos Pargos.”<sup>[6]</sup>

Entretanto os habitantes de Cabo Frio reclamaram ao governador do Rio de Janeiro que a ambição do general Salvador fizera com que se mudasse

o marco para Carapebus, e então o Ouvidor Geral, Dr. Mimoso, “julgo Macaé para a Capitania Paraíba do Sul e o pôs [ o marco] a uma légua ao sul de Macaé”<sup>[7]</sup>. O Ouvidor Dr. Mimoso foi à região para demarcar as terras, e deixou um marco de pedra em frente à Igreja de Sant’Anna. Em seu relatório, o Ouvidor explicou que “por lhe ser difícil fazer colocá-lo [ o marco] mais ao diante, no ponto onde deverá ficar, isto é, ao fim da medição das terras de Cabo Frio - que era no Campo de Iriry.”<sup>[8]</sup>

Embora A.Carvalho sustente que Rio das Ostras pertencia a São Tomé, o auto de medição, de dezembro de 1743, realizado pelo Dr. Pascoal Ferreira Veras, 1º. Ouvidor da Comarca do Espírito Santo, confirmou que:

“O limite e termo de Cabo Frio era tão somente - treze léguas medias das pescarias do Cabo Frio para Macaé (...) por se não dever estender o dito termo e limite de Cabo Frio mais que até o Campo de Iriry, segundo as ditas informações (...), por necessitar de medição feita à vista do padrão ou fora do mesmo Cabo Frio, requer (...) de se fazer a todo o tempo verdadeira e legítima averiguação, aonde finda o dito termo de Cabo Frio, e para lá se haver de mudar o presente marco desta Ouvidoria e Comarca.”<sup>[9]</sup>

Confirmando que, durante esses 120 anos Rio das Ostras pertenceu a Cabo Frio, está o fato de que o rio Macaé servia de marco e divisa às Justiças de Campos e de Cabo Frio, tanto que a justiça dessa última cidade não podia prender alguém que cruzasse para a margem norte do rio Macaé. Entretanto, permanece a polêmica da posse das terras, pois para os capitães de São Tomé, Rio das Ostras ficava dentro dos seus limites; para os capitães de São Vicente, Rio das Ostras lhes pertencia, pois ficava antes do rio Macaé; para os sete capitães, pertencia a São Vicente; e de acordo com os jesuítas, Rio das Ostras pertencia a São Tomé.

Fronteiras e limites sempre foram objeto de discussão e, no caso de Rio das Ostras é uma questão muito interessante. A expressão mais utilizada para dividir as capitanias - “treze léguas ao norte das pescarias do Cabo Frio”- revela que não se reconhecia um morro ou rio, mais precisos, deixando sempre a dúvida. Os diferentes interesses em se apropriar das terras também nunca permitiu que esse limite fosse demarcado. Assim, treze léguas no norte se localiza nos Campos de Iriry e Rio das Ostras pertenceu, então, à Capitania de São Vicente - ou do Rio de Janeiro -, e somente durante um curto período pertenceu a São Tomé, subordinação essa nunca reconhecida legalmente.

Notas:

[1] Tinoco, G. Macaé. História. p. 161

[2] Carvalho, A. Apontamentos para a História da Capitania de São Tomé. p. 47

- [3] Lamego, A. A Terra Goitacá. vol. 1. p. 131-2
- [4] Carvalho, A. ob. cit. p. 107
- [5] Lamego, A. ob. cit. Vol. 2. p. 203
- [6] Idem, ibidem, p. 158
- [7] Lamego, A. ob. cit., vol. 2, p. 203
- [8] Citado por A. Carvalho, ob. cit., p. 335
- [9] Idem, ibidem. p. 135-6

## FAZENDA DOS JESUÍTAS

*“É tão necessário ao bom governo do Brasil zelarem os governadores a conversão dos gentios naturais e a assistência dos religiosos com eles que, se isto viesse a faltar, seria grande mal”.*

Frei Vicente do Salvador

Em meados do século XVIII, os principais sesmeiros na região que compreende Rio das Ostras eram: Thomaz de Carvalho, Manoel Barbosa Vianna, Domingos Gonçalves, Vicente Joaquim de Araújo - cujas terras faziam limite ao sul com as sesmarias de José de Barcellos e a de Francisco Vaz, esse proprietário da sesmaria no Rio das Ostras.

Porque os padres da Companhia de Jesus não chegaram a se estabelecer, realmente, na sua sesmaria solicitada e concedida no Rio das Ostras? É um fato que os documentos históricos ignoram completamente. Assim como outros tantos beneficiários não eram residentes em suas sesmarias, tampouco os jesuítas chegaram a construir igrejas ou casas grandes em suas terras no Rio das Ostras.

“O Colégio do Rio possuía fazendas e postos agrícolas na região. Em 1643, enumeravam-se quatro: Goitacazes, Maquié, Maicaxá e Ponta dos Búzios”<sup>[1]</sup>. As aldeias que mais se destacavam foram as que os jesuítas criaram em São Pedro e na Fazenda de Sant’Anna, em Macaé, não muito distante do rio das Ostras. Essa fazenda de Sant’Anna dos jesuítas eram um complexo agrícola bastante desenvolvido, nos moldes das grandes fazendas monocultoras da cana de açúcar da região de Campos. Possuía alguns engenhos para o processamento da cana, e todo o aparato necessário para tal. Para termos uma idéia mais precisa desse empreendimento, descrevemos parcialmente aqui o relato que antecede a denúncia que Sebastião Rangel apresentou à Provedoria da Fazenda contra os jesuítas no Rio das Ostras e terras próximas:

“Aí possuía a Companhia a fazenda de Sant’Anna, com cerca de quinze mil braças de terras, dois engenhos de açúcar, dois quartéis de canas de açúcar, um de mandioca, a capela de Sant’Anna, 240 escravos, muito gado, alfaias, livros, roupas, etc. Dividia-se pela parte do nascente com o mar, pelo poente com as serras, pela parte do norte com as terras que foram do Chato e pela do sul com Francisco Vaz, no rio das Ostras até chegar à lagoa do Iriri (...). A

essa fazenda se juntava mais uma légua de terras (...) e que confrontava, da parte do sul, com José de Barcellos e Francisco Vaz, no rio das Ostras.

Em 1745 (...) se apresentava denúncia contra os padres da Companhia por haverem se apossado de mais de doze léguas de terras, por costa e com todos os sertões, desde o rio São João até o de Macaé.”<sup>[2]</sup>

O autor da denúncia acrescentou ao processo, como prova, uma certidão feita por José Franco, escrivão dos Feitos da Fazenda, que afirmava:

“Outrossim consta da mesma relação as Terras que possuem os ditos padres fora de sua fundação entre as quais se acham as entre os rios São João e Macaé. Tem mais uma data de terras cuja quantidade se não tem averiguado mas supõe-se passar de doze léguas, nem consta do título porque as possuem e correm do rio São João até o de Macaé, as quais estão devolutas há muitos anos e que nunca foram povoadas e só tem um ferreiro no rio São João que serve de passar as boiadas na feitoria do rio Macaé.”<sup>[3]</sup>

Se no século XVII os jesuítas receberam a sesmaria no Rio das Ostras, não chegaram realmente a ocupá-la, e isto se prova com o fato de que um século depois a Companhia estava se apossando ilegalmente dessas mesmas terras. Nesse contexto, de extensão dos limites da Fazenda de Sant’Anna de Macaé, que os jesuítas iriam ocupar as terras de Rio das Ostras. A finalidade dessa ocupação era permitir expandir os pastos para a criação de gado, que, conforme já dissemos, sempre acompanhou a lavoura açucareira. É necessário salientar que essas propriedades da Companhia de Jesus obviamente não visavam tão somente a catequese dos índios. Pelas suas dimensões e complexidade, eram um verdadeiro empreendimento agrícola, baseado no trabalho indígena, seu principal esteio, embora em finais do século XVIII a mão de obra africana fosse utilizada concomitantemente. Funcionava como qualquer outra fazenda de engenho da região. Para termos uma idéia, na fazenda do Colégio havia, em 1780, segundo J. Oscar, 1482 escravos<sup>[4]</sup>.

Lembremos, ainda, que até o momento de sua expulsão, ocorreu uma interessante disputa, discreta, mas perceptível, entre os jesuítas e os beneditinos, que também haviam se estabelecido naquela região. Os padres da Ordem de São Bento sempre procuraram o governo português para acusar os jesuítas de usurparem suas terras. Entretanto, a Coroa sempre deu ganho de causa aos padres da Companhia de Jesus, seus fiéis aliados, até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil. A Companhia de Jesus foi considerada ilegal pelo Marquês de Pombal, numa espécie de “cassação” que fez com que os jesuítas tivessem que abandonar de imediato suas propriedades e seus bens, que foram retomados pela Coroa portuguesa. Nessa ocasião deixaram para trás tudo que a Companhia possuía na Fazenda de Sant’Anna, desde objetos do uso cotidiano até imagens de santos e livros. Toda a produção dos engenhos, da lavoura e da criação de gado foi interrompida.

Nesse contexto é que as terras do Rio das Ostras despertaram , mais uma vez, a atenção de sesmeiros, que, ao apresentarem denúncia contra a apropriação indevida da baixada entre o São João e o Macaé pelos jesuítas, desejavam se apossar dessas terras.

Notas:

[1] Serafim Leite. História da Companhia de Jesus no Brasil. vol. 6, p. 84

[2] Lamego, A. A Terra Goitacá. vol. 3, p. 166-7

[3] Idem, ibidem, p. 167-8

[4] Oscar, J. Escravidão e Engenhos.



## SESMEIROS NO RIO DAS OSTRAS

*“Uma sesmaria em Rio das Ostras para o mar”.*

“Destacar-se-ia, ainda , ali [século XVII] a fazenda de Santana, dos jesuítas, que se deram ao luxo de fazer, entre o rio das Ostras e Macaé, um grande curral, para o descanso do gado, dos tropeiros e dos escravos que vinham das suas terras em Campos, com destino ao Rio de Janeiro (...). Em breve [século XVIII], sem descuidarem do gado e das plantações de subsistência, outros pecuaristas e senhores de escravos macaenses iriam, a partir de meados daquele século, reservar parte de suas terras para a lavoura canavieira. E entre eles, Caetano de Barcelos Machado, dono de três fazendas, dez currais , três mil cabeças de gado e mais de cem escravos, Francisco Vaz, Bento José Ferreira Rabelo, José Ferreira Rabelo, capitão João Luiz Pereira Viana, João José Barcelos Coutinho e seu filho José Caetano de Barcelos Coutinho, o capitão Manuel Carneiro da Silva, etc. <sup>41</sup>

O senhor de engenho e pecuarista Francisco Vaz, sesmeiro do rio das Ostras, é uma presença constante nos documentos, demonstrando o poder que esses senhores possuíam na região. Para A.Carvalho, também José Caetano de Barcelos Coutinho era sesmeiro no Rio das Ostras, em meados do século XVIII.

Algumas doações de sesmarias - ou datações, conforme se dizia à época - encontram-se documentadas hoje. Por exemplo, temos conhecimento da de José Viegas Lisboa, feita em 21 de junho de 1723, localizada “em Rio das Ostras para o mar”; da de Domingos Rodrigues, recebida pelo mesmo em 18 de junho de 1723, mesma localização; e da de Caetano José, doada a ele em 15 de outubro de 1763, localizada “em Rio das Ostras”.

As cidades que se destacavam no litoral norte fluminense eram Campos e Cabo Frio. Rio das Ostras só aparece nos documentos históricos como arraial ou pequeno vilarejo a partir do século XIX. Até esse momento, entretanto, Rio das Ostras não passava de uma referência para fazendeiros. Devido à necessidade de travessia do rio, que implicava numa operação um tanto complexa de transporte de mercadorias e de gado, surgiu um pequeno núcleo nas proximidades da foz. Nos mapas de época, o rio foi sempre o local citado; a cidade ao seu redor só se desenvolveria algum tempo depois.

Muitas sesmarias foram doadas em Rio das Ostras, para serem fazendas de criação de gado e para plantação de alguns produtos em pequena escala e voltados mais para o consumo interno que para a exportação como café, cana de açúcar e laranjas. Existem algumas cartas de datação de sesmarias no

Rio das Ostras, como a que foi dada a Domingos Rodrigues em 1723: “Carta de confirmação de datação de sesmaria sagrada a Domingos Rodrigues Rodrigues em 1723:

“Carta de confirmação de datação de sesmaria sagrada a Domingos Rodrigues

Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves (...) <sup>[2]</sup> e do além mar (...). Faço saber aos que virem esta mesma, é a carta de confirmação de data de terra de sesmaria virem que por parte de Domingos Rodrigues me foi apresentada outra assinada por Ayres de Saldanha de Albuquerque (...) governador geral da capitania do Rio de Janeiro de cujo teor é o seguinte. (...) Faço saber aos que esta mesma é a carta de sesmaria (...) que havendo respeito a representar-me Domingos Rodrigues, morador na Bahia Ferosa, que ela há declarado, e com muitos filhos e não tem terras em que possa com os seus braços plantar mantimentos e sustento da sua família, e tem notícia que no Rio das Ostras há duas léguas de terras devolutas e que desta carece uma légua em quadra, partindo do mesmo rio com o do (...) fazendo testada com o mar, e dando-se desse requerimento ao Provedor (...) e ao Procurador da Coroa (...). Hei por bem fazer (...) ao Domingos Rodrigues de lhe dar de sesmaria em nome de S. Maj. as referidas terras acima declaradas sem prejuízo de terceiros ou do direito que algumas pessoas possam ter delas e não excedendo porém uma légua em quadra na forma, dar ordens do mesmo (...) com declaração de dar-se alvará e mandará confirmar esta minha carta por S. Maj. (...) dentro de dois anos, e não fazendo (...) mais tempo (...). Aos vinte dias do mês de novembro de 1722 (...) Ayres de Saldanha de Albuquerque (...) pedindo-me (...) Domingos Rodrigues que porquanto governador de capitania feito (...) em meu nome de uma légua de terra em quadra no Rio das Ostras manda confirmar e sendo (...) seu requerimento e o que responderam (...) de minha fazenda e com a que deu crista. Hei por bem (...) e confirmar a uma légua em quadra na forma acima declarado não só com as cláusulas nela impostas mas com as mais que dispõem a lei com a condição de antes de marcar-se será obrigado a me dizer e demarcar-se e sucedendo em algum tempo (...) eclesiástica nesta data será obrigado a pagar o dízimo e os mais encargos (...). Pelo que mando ao governador geral e capitão geral da capitania do Rio de Janeiro, provedor da fazenda desta, mais ministros (...) a que tocar (...) e guardem esta carta de confirmação de data de terra de sesmaria e a façam cumprir e guardar inteiramente como nela se contém sem dúvida alguma (...) e pagou (...) direito quatro contos de réis que se encarregaram ao (...) J. Correa de Moura, como contou de seu conhecimento em forma registrado no registro geral a Manoel Gomes da Silva (...) a dezoito de junho, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1723 (...) André Lopes (...) referenda (...) e se registre nos livros da (...) deste governo, e nos mais a que

tocar. Rio de Janeiro, aos vinte e quatro de julho de 1724. Ayres de Saldanha de Albuquerque (...)”<sup>[3]</sup>

A doação desta sesmaria confirma que estas terras eram requisitadas por estarem abandonadas, sem dono e sem produtividade. Assim, um morador da região como Domingos Rodrigues aproveitou-se da lei, que lhe permitia pedir para seu uso essa terra, que era doada quase que automaticamente. Lembremos que se houvessem sido construídas fazendas de engenhos, igrejas ou quaisquer outros prédios que viessem a estar nas mãos dos jesuítas ou mesmo da Coroa portuguesa, esses não teriam permitido a doação. Assim, Rio das Ostras afirmou-se, no século XVIII, como uma região onde afloravam pequenas fazendas de particulares.

Outra sesmaria foi dada, na mesma época, a José de Viegas; e como podemos comprovar, os termos das cartas de doação eram semelhantes, considerando-se que os pedidos eram sempre baseados no princípio de que eram terras abandonadas por seus proprietários antigos.

“Carta de confirmação de data de terra de sesmaria sagrada a José de Viegas Lisboa

Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves (...) e dalém mar (...) e da conquista, navegação, comércio de Ethiópia, Arábia, Pérsia e da Índia. Faço saber a (...) desta minha carta de confirmação de data de terra de sesmaria virem que (...) de José de Viegas Lisboa me foi apresentado atreilado de outra assinada por governador e capitão geral da capitania do Rio de Janeiro de cujo teor é o seguinte.(...) Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que havendo por sua petição José de Viegas Lisboa, morador nes(...) achar-se sem terras de cultivar (...) , e havendo no rio das Ostras umas terras devolutas, as quais partem do mesmo rio com a de São João fazendo com todos os cantos e recantos varada praia e dando-se vista deste requerimento ao provedor da fazenda real e procurador (...) e não oferecendo dúvida. Hei por bem (...) ao José de Viegas Lisboa de lhe dar de sesmaria em nome de S. Maj. (...) as referidas terras acima declaradas sem prejuízo de terceiros ou do direito que algumas pessoas possam ter delas não excedendo porém uma légua em quadra na forma das ordens do mesmo. Com declaração (...) mandará confirmar esta minha carta por S. Maj.”<sup>[4]</sup>

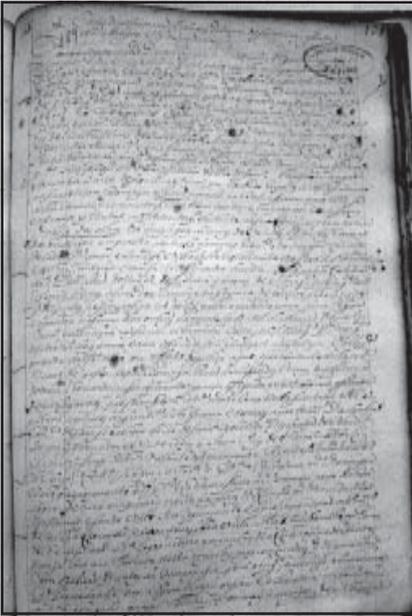
Notas:

[1] Oscar, J. escravidão e engenhos. P. 42-5

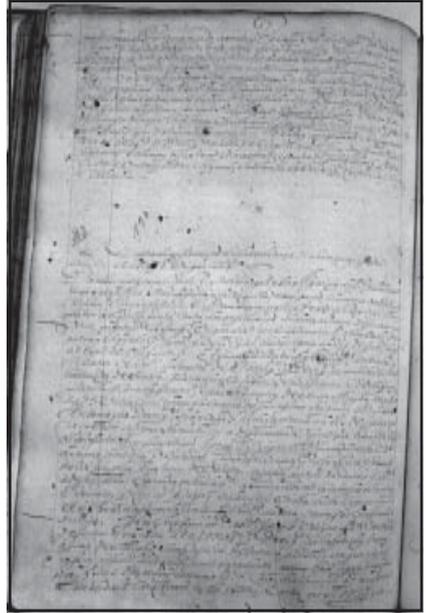
[2] Por se tratar de um manuscrito, os trechos entre parênteses indicam que não foi possível a transcrição dos mesmos.

[3] Ordens Régias dos anos 1719 a 1723. Códice 64, vol. 1, folha 121. Arquivo Nacional. Manuscrito.

[4] Ordens Régias dos anos 1719 a 1723. Códice 64, vol. 1, folha 121v. Arquivo Nacional, Manuscrito.



*Carta de doação da sesmaria a Domingos Rodrigues, 1723. Ordens Régias. Códice 64. Arquivo Nacional.*



*Carta de doação de sesmaria a José de Viegas Lisboa, 1723. Ordens Régias. Códice 64. Arquivo Nacional.*

# IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

*“Quando a gente entrava na porta, terminava de emoção e de tanta beleza. Era tudo de ouro ou folheado a ouro. Do lado de fora, tinha São Pedro e Nossa Senhora da Conceição, dentro tinha um arco todo folheado a ouro, as luzes do candelabro de cristal...”*

Sô Piu

Ao sul da capitania de São Tomé, em finais do século XVIII, existiam dois distritos, considerados muito pobres:

“Seus poucos habitantes se dedicavam basicamente ao cultivo de mandioca para consumo próprio e à atividade da pesca. Capivari possuía duas capelas filiais, situadas uma próxima à lagoa de Carapebus e a outra próxima à povoação de Macaé. Nossa Senhora das Neves, por sua vez, contava com um número ainda mais reduzido de habitantes. Lá não existia qualquer capela ou igreja e seus moradores, em sua maioria índios aldeados, contavam tão somente com os aldeamentos religiosos lá erigidos.”<sup>[1]</sup>

Podemos inserir Rio das Ostras nesse contexto de simplicidade rural, onde não se encontravam cidades ou edifícios relevantes, sejam escolas, igrejas, casas de fazendas. Ao iniciar-se o século XIX é que a história de Rio das Ostras começou a ser contada através de suas construções, como veremos a seguir.

No parecer feito pelo padre Joaquim de Foyos, em 1777, sobre a expulsão dos jesuítas em janeiro de 1759, ele explicou que os padres da Companhia de Jesus não tiveram culpa pessoal na sua expulsão e portanto deveriam ser sustentados e alimentados pelo governo. Este deveria também pagar pelas benfeitorias realizadas pelos jesuítas: casas, igrejas, engenhos. O embargo dos bens da Companhia de Jesus traz uma minuciosa relação de tudo que foi confiscado pelo governo. Afinal, as relações entre a igreja católica e o governo eram subordinadas ao sistema de padroado, pelo qual o governo financiava, autorizava, nomeava e decidia sobre várias questões administrativas da igreja. Todos esses fatos nos levam a considerar que, se houvesse uma igreja jesuíta em Rio das Ostras, estaria citada entre as obras que o governo encamparia com a expulsão dos jesuítas, o que não vemos acontecer.

Embora faça parte da mentalidade da população local que existia ali uma igreja construída pelos jesuítas, não se comprova essa hipótese à luz da

história. Sabemos que a igreja foi erguida pelo menos um século após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, e embora suas origens sejam desconhecidas, podemos afirmar que não foi essa ordem religiosa que promoveu sua construção. Essa primeira igreja de Rio das Ostras foi a de Nossa Senhora da Conceição, que ficava próxima ao local onde foi construída a atual igreja, no centro da cidade. Como acontece com grande parte da nossa história, os documentos sobre essa igreja se perderam no tempo, mas temos acesso a depoimentos de pessoas que chegaram a conhecer esse edifício que ruuiu em meados do nosso século. Existem fotografias mostrando a igreja e vemos que ela segue o estilo das igrejas da região, principalmente a de Barra de São João e a de Cabo Frio, mas nem mesmo essas igrejas encontram-se documentadas com precisão. São capelas, pequenas e simples em seus exteriores, ostentando porém uma grande riqueza na ornamentação de seus interiores.

Mais uma vez é necessário recorrer à memória daqueles que vivem em Rio das Ostras, para reconstituirmos uma parte da sua história, como nos relata D. Aurélia Jorge:

“... mas a igreja antiga não era igual a essa... era uma coisa muito linda e muito rica. Ela tinha um lustre que era dividido em três partes, todo de cristais, de onde a gente via o reflexo das pessoas em todas as cores... até o lustre sumiu. A velha igreja de N. Sra. da Conceição era toda de pedra de mão e concha do mar e do lado de fora tinha desenhado o nome de Nossa Senhora com as mesmas conchas do mar, a porta era redonda, bem grande, com três partes, a saída da porta tinha coluna de madeira de um lado e do outro, para dentro do corpo da igreja, com uma cortina de veludo verde, escritas com as iniciais N.S.C. A letra N era a mais importante, era branca e o desenho dela era o mais bonito (...). O tapete vermelho saindo do corpo da igreja até o altar, fazia a beleza junto com os castiçais de metais, e a imagem da Santa bem grande, toda enfeitada de coroa de ouro e brilhante, também as imagens de S. Pedro ( dos pescadores, do lado de fora ), e do lado de dentro, mais pequena, e de S. Benedito, S. Antônio ... a imagem da Santa ficava numa redoma de vidro e com seis anjinhos , três de cada lado... uma beleza só...”<sup>12</sup>

Para compreendermos o desenvolvimento histórico da região, havia três freguesias religiosas cujos limites estavam próximos a Rio das Ostras. A freguesia de Nova Friburgo limitava-se com o rio Sana, com a paróquia de Nossa Senhora das Neves, com a cabeceira do rio Macaé e com a freguesia de Barra de São João. A freguesia de Nossa Senhora das Neves, de Macaé, limitava-se ao sul com a de Barra de São João. E a freguesia de Barra de São João, Sacra Família, limitava-se ao leste com o rio Macaé. Nesse sentido, Rio das Ostras subordinava-se à freguesia de Barra de São João, denominada Sacra Família, embora um relatório de Presidente da Província do Rio de

Janeiro, datado de 1852, afirma que em 1852 o governo decretou que o rio São João seria a divisa das freguesias entre os municípios de Cabo Frio e Macaé. A partir dessa data, portanto, qualquer construção religiosa em Rio das Ostras estaria vinculada à freguesia de Macaé.

Entretanto, a divisão administrativa e judiciária da província estabelecia que a comarca de Cabo Frio era constituída de três distritos: Cabo Frio, Macaé e Barra de São João. Consta que a mais antiga capela da região foi a de São João Batista, construída pelos jesuítas em 1630. Em 1748 foi construída a capela de Sacra Família, em Barra de São João, mas essa capela ficou abandonada até a sua ruína total. A matriz foi reconstruída a partir de 1858, quando recebeu autorização do governo geral para a sua edificação; e a igreja da praia data de 1847. As igrejas de Macaé e suas freguesias também foram construídas nesse período, com exceção, evidentemente, da igreja de Sant'Anna da Fazenda dos jesuítas, do século XVII.

É importante falarmos das outras igrejas da região, primeiro porque, ao que tudo indica, as construções são de uma mesma época aproximada: meados do século XIX. Segundo, porque existem documentos que nos mostram um histórico dessas igrejas, que não eram apenas prédios vinculados à autoridade católica. Naquela época, para a Igreja construir algo, mesmo que fosse uma capela, precisava de autorização do governo. Esse também auxiliava essas edificações, dando dinheiro para as benfeitorias, construções e reformas necessárias.

A leitura de Relatórios de Província nos remetem à época de construção, às reformas de muitas igrejas no Rio de Janeiro. Entretanto, não aparece, em momento algum, nesses relatórios, qualquer referência à Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Rio das Ostras. Fosse essa subordinada a Barra de São João, Cabo Frio ou Macaé, sua edificação deveria constar desses relatórios, mesmo que fosse uma capela, uma simples menção seria suficiente para determinar a data de sua construção e também a ordem religiosa sob a qual foi erigida.

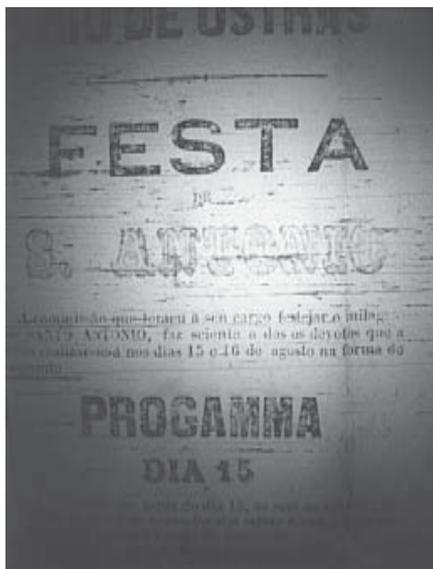
A referência mais precisa da data de construção da igreja de Rio das Ostras, encontramos-na nessa citação do historiador Escragnolle Doria:

“A navegação de cabotagem do município também sulca as águas do Rio das Ostras, a cuja margem se encontra povoação próspera na qual, desde 1862, se ergue o templo sob o orago de Nossa Senhora da Conceição.”<sup>13</sup>

Como o autor chegou a essa data, não nos informa. Mas sabemos que foi a partir de meados do século XIX que Rio das Ostras começou a florescer como arraial, depois vila, até chegar a se tornar uma cidade. Por isso, devemos considerar que os prédios construídos ali o devem ter sido a partir dessa época, na qual se encaixa a edificação da igreja.

O jornal “Gazeta Popular”, de 12 de agosto de 1885 apresentou um

anúncio de aproximadamente meia página, com grande destaque, onde ficamos sabendo de um acontecimento marcante para Rio das Ostras. Embora muitos hoje considerem que “antigamente” a igreja ficava fechada, só sendo aberta no dia 08 de dezembro para celebrar Nossa Senhora da Conceição em seu dia, essa festa de Santo Antônio, celebrada em época diversa ( comemora-se santo Antônio em junho) nos leva a imaginar que deveria haver muitas festividades religiosas, que mobilizavam toda a cidade de Rio das Ostras.



Anúncio da Festa de Santo Antônio em Rio das Ostras. Jornal Gazeta Popular, 1985. Divisão de Publicações da Biblioteca Nacional.

## RIO DAS OSTRAS

### FESTA DE SANTO ANTÔNIO

*A comissão que tomou a seu cargo festejar o milagroso Santo Antônio, faz sciente a todos os devotos que a festa realizar-se-á nos dias 15 e 16 de agosto na forma seguinte:*

#### PROGRAMA

##### Dia 15

*Às quatro horas da tarde do dia quinze, ao som da música, ao repicar do sino e ao estrondar das salvas, far-se-á levantamento do mastro no largo da Conceição.*

*Precedida por uma comissão de interessantes (...) [4] devotos de Santo Antônio, e recebendo deles as (...) com que quiserem contribuir para as despesas das (...).*

*Às sete horas da noite será cantada uma ladainha (...) acompanhada de música, seguindo-se o primeiro leilão de prendas ofertadas por várias devotas.*

*Consta à comissão que haverá depois do leilão espetáculo dramático por alguns amadores, no qual se (...) vado à cena, entre outras, as duas engraçadas comédias*

O GUARDACHUVA DO PHOCA e  
UM MARIDO VÍTIMA DAS (...)

Dia 16

*O raiar da aurora do dia será saudado com repicar de sino, salvas e escolhidas peças de harmonia executadas pela banda de música.*

*Às onze horas da manhã o Ver. Padre Passo (...) imagem de Santo Antônio, completamente restaurada pelo exímio artista A. Babiense. Entrará depois a missa acompanhados de música, e na ocasião própria ouvirão votos com*

*Agradável Surpresa*

*A leitura dos nomes dos eleitos para a comissão (...) de festejar Santo Antônio em 1886. Depois da missa haverá leilão de prendas.*

*Às quatro horas da tarde sairá a banda de música (...) cumprimentar os membros da comissão nova.*

*Às seis horas da tarde sairá a procissão que percorrerá as ruas do arraial, ao recolher será cantada uma ladainha, finda a qual haverá o último leilão de prendas.*

*O Sr. Leopoldo Couto*

*Regerá a banda de música que presta obsequiosa (...) a servir em todos os atos acima, e será composta de alguns cavalheiros do grupo dos “Amadores” da Barra de São João, e outros do Rio das Ostras.*

*As Exmas. Famílias que se dignarem a abrilhantar a festividade comparecendo a ela, enviando prendas para os leilões ou preparando anjinhos para a procissão (...) desde já seu reconhecimento.*

*Os membros da comissão*

*Joaquim David Pere (...)*

*Victorino Alves Mo (...)*

*José Gonçalves de (...) [5]*

Notas:

[1] Kjerfve, T. Família e Escravidão no Brasil colonial. P. 59

[2] Citado por Fróes, M. e Rocha, S. Terra dos Peixes. P. 22

[3] Escragnolle Doria. Terra Fluminense. P. 20

[4] O jornal está incompleto e os trechos entre parênteses indicam a falta de pedaços da página, o que impossibilita a leitura completa.

[5] Periódico Gazeta Popular. 12 de agosto de 1885. P. 3



## OLHAR DA IGREJA

*“A Junta Paroquial da Freguesia de Sacra Família da Ipuca da Vila de Barra de São João envia para a Província a relação dos votantes desta freguesia.”*

Ainda dentro do contexto de festas religiosas e informações sobre Rio das Ostras obtidas através da importância que teve a igreja para a cidade, temos alguns relatos de visitas eclesiais, ou seja, visitas que os padres do Rio de Janeiro realizavam periodicamente pelas freguesias, para verificar a situação das igrejas.

Essas não eram simples viagens para fins de educação religiosa. Devemos lembrar que o padroado subordinava a Igreja Católica ao Estado, e era através das Freguesias religiosas que se apuravam as votações. Nesse sentido, era importante não só o olhar de fiscalização do Governo, como também as visitas eclesiais realizadas periodicamente.

As paróquias eram depositárias de todos os documentos feitos para selar atos jurídicos, nascimentos, casamento, falecimentos, votações, censos. Os resultados dessas visitas eclesiais eram relatórios minuciosos, que nos mostram, além dos dados oficiais, o cotidiano e o desenvolvimento dos lugares por onde os padres passavam. O primeiro relatório de visita nos foi dado pelo Padre José Luís de Freitas, e foi feito em 1812:

“Do rio São João ao rio Macaé são sete léguas de bom caminho plano por praias de areia tanta à exceção de algumas pontas de montes de pedra que vem terminar no mar, a que se chamam Tapebuçú ou Pecados Mortais (...). Jantei em casa do honrado lavrador Antônio Pedro de tal, que tem dez ou onze filhos. Vieram me querer apresentar quarenta e tantos cavaleiros do Macaé (...) a lagoa do engenho de Boacica (...) e acenderam-me muitas fogueiras (...). Crismei por seguinte na Capela de Santa Anna nos Morros dos Jesuítas e à tarde mesmo em casa do major.”<sup>[1]</sup>

Na segunda visita, realizada oito anos mais tarde, o mesmo padre se recorda desta primeira viagem e nos fala um pouco mais da terra, citando Rio das Ostras por onde passou:

“Da vila de Macaé à Barra do São João ainda se contam as sete léguas pelo caminho da praia; e que vem a ser uma légua à Boassica, um légua de praia, duas léguas de Itapebuçú, ou Pecados Mortais aonde fica a casa do meu velho e honrado amigo Antônio Pedro, uma légua ao Rio das Ostras, duas léguas ao rio São João. Mas este caminho abreviará uma ou duas léguas (...) de Macaé tiver feito por dentro do campo, entrado para ele logo depois

da Boassica, conquanto foi esse caminho mais um adjunto da condenação de fé que falei na freguesia de Macaé. Fiz este caminho (..) no dito oito de fevereiro, saindo às quatro horas, e almoçando em casa do dito Antônio Pedro, que tinha os dez (onze) filhos todos vivos depois de 1812. Dei a Theresa 12\$000 e finalmente cheguei a São João pelas onze horas. Acompanharam-me algumas pessoas de Macaé, e nas vizinhanças do Rio das Ostras me saíram outras de São João, como foram oito ou dez cabos e sargentos milicianos e o seu capitão Amador de (...), casado com a filha mais velha de João Luís de Macaé, irmã (...); também me saiu ao encontro o célebre Narciso, velho (...), muito bem estabelecido para cá do Rio das Ostras, em cuja casa dormiu o Visconde de Asseca, e a mulher, que temos por capelão um dos irmãos carmelitas do Rio de Janeiro, que (...) e a quem (...) a santa do seu oratório (...) a vila dele, que não pode ir muito longe. Logo nesta ocasião vi no Porto umas seis fumaças, lanchas e me informei que se empregavam continuamente na exportação de (...) deste rio e do vizinho das Ostras uns vinte e dois barcos, mais do que em Macaé (...) . Vi entrar um barco, gostei da boa vista, que daqui de sobre os volumosos morros de São João ao oeste, estão no meio da planície dos Bosques, as serras de Iriri mais para o noroeste, e o sertão das Neves, a grande cordilheira conosco (...) por trás de tudo isso (...)" <sup>[2]</sup>

Às vezes são esses pequenos relatos que trazem à luz da história o que acontecia num arraial à beira da praia, no século passado. Assim como esse padre, muitos viajantes, comerciantes, fazendeiros, suas famílias, gente de toda a espécie e com interesses diversos circulavam por Rio das Ostras. Além dos fazendeiros estabelecidos há muito tempo, havia ainda comerciantes abastados, cujas casas acolhiam os viajantes mais ilustres, como o Visconde de Asseca, visto neste relato, e como veremos em outras ocasiões futuras. Sobre o fato de haver carmelitas na região, muitas vezes esses padres sediavam-se numa vila e viajavam com frequência para atender os arredores. Ocorria também que, na impossibilidade de uma ordem religiosa enviar padres para suas igrejas, poderia solicitar que a assistência fosse realizada por padres de outra ordem, como aconteceu tempos atrás com uma propriedade jesuíta que ficou sob os cuidados dos beneditinos.

A descrição do padre aponta ainda para os caminhos existentes à época : em geral, os relatos referem-se a seguir sempre pela beira-mar, mas esse depoimento mostra que havia um caminho interior como alternativa. No século XIX Rio das Ostras era o ponto de encontro de algumas rotas: havia a estrada para Barra de São João, para Rio Dourado e para Macaé. Outro detalhe que chama a atenção: a soma de barcos dos portos de São João e das Ostras era maior que a quantidade de barcos existentes em Macaé, um porto sabidamente de grande porte. Para efeito de uma visita mais abrangente, em termos administrativos, para fins de verificação de votos eleitorais, o 5º. Distrito da Província do

Rio de Janeiro incluía São Pedro da Aldeia, Macaé, Barreto, Carapébús, São João Batista de Macaé, Quissamã, Neves, Sacra Família do Ipuca de Barra de São João, São Vicente e São Sebastião. Era Barra de São João que arrecadava os impostos cobrados dos negociantes das regiões próximas, e era ainda lá que os cidadãos aptos de Rio das Ostras iam votar. Em 30 de janeiro de 1880 foram registrados como votantes de Rio das Ostras - considerado 3º. Quarteirão - em Barra de São João as seguintes pessoas:

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Profissão</i>	<i>Observações</i>
Antônio José Martins	53	Lavoura	Prop. de bens imóveis
Antônio G. Gonçalves da Silva	28	Pescador	Prop. de terras e lavouras
Delphim Alves Rodrigues	38	Negócio	Paga imposto de 100.000
Francisco Antônio do Nascimento	64	Lavoura	Prop. de bens imóveis
Francisco de Oliveira Pires	59	Carpinteiro	Prop. de bens imóveis
Francisco José da Silva Porto	47	Alfaiate	Exerce o ofício
Francisco José de Farias	58	Lavoura	Prop. de terras e lavouras
Ignácio Giraldo Mathias Netto	31	Prof. Públ.	Exerce o magistério
Ignácio Xavier de Mello	35	Negócio	Paga imposto de 100.00
João Francisco de Souza (Dr.)	51	Médico	Formado em medicina
João Gonçalves de Souza	56	Alfaiate	Exerce o ofício
Joaquim Alves Moreira	60	Negócio	Imposto sup. a 100.00
Joaquim Alves Moreira Jr.	34	Negócio	Imposto sup. a 100.00
José Antônio Lavra	49	Fogueteiro	Exerce o ofício
José Belmiro de Figueiredo	47	Lavoura	Prop. de imóveis e lavoura
José Liberato de Farias	37	Negócio	Negócio volante
José Francisco da Silveira e Silva	39	Negócio	Imposto sup. a 100.00
José Nunes de Figueiredo	45	Músico	Vive de seu emprego
Leopoldino José de Faria	34	Feitor	Exerce a profissão
Manoel Justino Borges	42	Negócio	Imposto sup. a 100.00
Manoel Christino de Andrade	53	Pescador	Exerce a profissão
Manoel José Lavra	24	Pescador	Exerce a profissão
Sabino José dos Santos	40	Lavoura	Prop. de terras e lavoura

Com esse quadro, vemos pessoas que participaram ativamente da história de Rio das Ostras e também os cidadãos comuns, com profissões para uma vila, como músico, fogueteiro, alfaiates. E, sempre presentes, os pescadores...

[1] Idem, livro 18, 1820. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

[2] *Retratória de Polícia*, Coleção 2011, 1882, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *História de Rio das Ostras*



# SÉCULO XIX: PROGRESSO

*“Durante a segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira passou por mudanças fundamentais.”*

Francisco Alencar

Com a chegada da Côrte portuguesa ao Rio de Janeiro, diversas medidas tiveram que ser implementadas no que diz respeito ao desenvolvimento econômico da Província. A cidade do Rio de Janeiro se desenvolveu muito rapidamente, a população aumentou de maneira também considerável e o pólo administrativo já havia sido transferido da Bahia para o Rio de Janeiro há um século. Até então, a principal atividade econômica da região norte fluminense era a agro-indústria açucareira nos arredores de Campos. A produção do açúcar baseava-se na monocultura aliada à criação extensiva de gado. Isso significava vastas fazendas voltadas para a exportação utilizando-se fartamente da mão-de-obra escrava, que já vinha sendo trazida em larga escala da África desde meados do século XVI.

A produção açucareira era exportada através de barcas pelos rios da região, mas só os grandes rios navegáveis permitiam o escoamento da produção, como o rio Paraíba do Sul. Portos como os de São João da Barra e de Macaé também tiveram grande importância e contribuíram para que as cidades ao seu redor se desenvolvessem.

O escoamento da produção pelos portos, porém, não era suficiente. Era necessário que houvessem estradas, que permitissem aos viajantes de toda espécie que atravessassem a região com segurança e rapidez, e também que agilisassem o transporte de mercadorias e de tropas de gado. Obras abrindo estradas, construindo pontes e portos, dragando rios e criando postos de fiscalização e de segurança foram uma constante nesta segunda metade do século XIX. Começaram a surgir companhias de navegação, que faziam transporte constante entre o Rio de Janeiro e as cidades do norte fluminense, como Cabo Frio, Macaé, São João da Barra. Dificilmente esses navios tinham condições de entrar pela Baía Formosa e atracar no rio das Ostras, por ser um rio pequeno e raso, que só permitia que por ele subissem os barcos menores.

Outra atividade econômica que levou um grande desenvolvimento ao norte fluminense foi a lavoura cafeeira, que começou a surgir no vale do rio Paraíba em meados do século XIX. A princípio, por toda a serra da Província

do Rio de Janeiro, quando muitos senhores proprietários de terras e também os senhores vindos da exploração do ouro nas Minas Gerais - em decadência de produção - começaram a procurar a serra para plantar café em larga escala, dentro do modelo da monocultura voltada para a exportação. Produto que sofreu uma enorme valorização na Europa, neste período, também a Côte do Rio de Janeiro se tornou consumidora dele. A má administração dessa lavoura, entretanto, iria provocar um declínio na produção fluminense em pouco tempo. Dentre outros fatores, destacamos o fato do café ser um produto que esgota o solo rapidamente, e como não se utilizavam técnicas modernas de plantio, a produção começou a decair. Assim como a lavoura canavieira, a produção cafeeira também se baseava no trabalho escravo em larga escala. Em algumas cidades da Província do Rio de Janeiro a população de escravos chegava a ser superior à população livre, mas esse quadro iria mudar a partir de 1850, quando, por interesses não só econômicos mas principalmente políticos<sup>[1]</sup>, o tráfico de escravos foi abolido.

As dificuldades para continuar produzindo tornaram-se maiores, já que a partir de então a compra de escravos, além de ilegal, tornava o “produto” caríssimo. A cultura do café foi se desenvolvendo em direção ao sul chegando a São Paulo, onde encontrou condições favoráveis à sua produção: terras adequadas, mão-de-obra livre - em sua maioria imigrante e subsidiada pelo governo brasileiro, dinheiro para investimento em maquinarias. A produção do café no vale do Paraíba tornou-se insignificante, mas o mesmo não aconteceu com a lavoura canavieira da região de Campos que, embora com dificuldades em se adaptar ao novo modelo de produção, continuou viável. Todas essas transformações iriam levar um grande desenvolvimento a todo o norte fluminense, fazendo surgirem vilas e cidades, criando-se estradas, portos, ferrovias, comércio, e dando um novo perfil a Rio das Ostras e a toda a região. Embora precárias, as estradas já existiam, passando preferencialmente pelo litoral. Por diversos relatos de viajantes, percebemos que iam beirando as praias, mas havia também caminhos pelo interior, de Rio das Ostras a Macaé, por exemplo, evitando as lagoas e áreas de pântanos da beira-mar. De Rio das Ostras partia também um caminho em direção a Rio Dourado. Porto, havia os de Barra de São João, Rio das Ostras, Macaé.

Devido à difusão da cultura do café nas serras e a necessidade de exportá-lo via rios da região e depois por barcaças até o Rio de Janeiro, tornou-se imperioso agilizar esse processo de transporte. A partir da segunda metade do século XIX proliferaram as estradas de ferro pelo país, principalmente nas regiões cafeeiras. O grande idealizador dessa medida foi o Visconde de Mauá<sup>[2]</sup>, que em 1854 criou a primeira estrada de ferro, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis.

A partir dessa data foram implementadas medidas para a criação de uma rede ferroviária cobrindo toda a Província do Rio de Janeiro. A finalidade

da Estrada de Ferro Leopoldina era interligar a capital ao norte fluminense e ao Espírito Santo, à região das serras - produtoras de café - e a Minas Gerais, terminando na cidade de Leopoldina, daí o seu nome.

Estavam previstos vários ramais para essa estrada, dentre os quais se inclui a linha de Niterói a Campos, que passa pelo distrito de Rocha Leão. Em 1871 foi autorizada a sua construção, e seis anos depois foi inaugurada. A finalidade desse ramal era atender o norte fluminense, “enquanto o canal Macaé - Campos não fica pronto”, como se dizia nos Relatórios da Província. Curiosamente, essa ferrovia acabaria por levar à decadência econômica o porto de Imbetiba, em Macaé, pois desviou o transporte da produção do porto para a estrada de ferro.

Rocha Leão deve o seu desenvolvimento à ferrovia que a atravessa, cuja lembrança se conserva na Estação Ferroviária. Se os caminhos por terra eram difíceis, a ferrovia trouxe uma constância nos contatos dessa região com o Rio de Janeiro, encurtando as distâncias e propiciando o progresso por onde o trem passava.

Notas:

- [1] Pressionado pela Inglaterra, que desejava criar a nível mundial um mercado livre consumidor de seus produtos industrializados, o Brasil foi incentivado a terminar com a escravidão. Essa medida foi tomada em diversas etapas, sendo que em 1850 a Lei Eusébio de Queiróz proibiu o tráfico de escravos no país.
- [2] Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá (1813-1889): como industrial e banqueiro, esteve à frente de diversas obras progressistas do segundo império, como companhias de navegação, iluminação do Rio de Janeiro, criação do cabo submarino, dentre outras.



*Carta da Província do Rio de Janeiro de Bellergade e Niemeyer. Século XIX. Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional*



## PROFESSORES E O SABER

*“Nos exames do ano passado foram julgados prontos dois alunos da escola de Rio das Ostras.”*

Relatório do inspetor. 1874

Até meados do século XIX não há notícias de escolas - públicas ou particulares - em Rio das Ostras. Na sua ausência, o ensino era ministrado pelos padres das paróquias locais. Como não há registros da igreja da cidade, pouco podemos saber a esse respeito. Talvez os estudantes tivessem que se dirigir a Macaé, em busca de instrução.

No terceiro quartel do século passado, os Relatórios de Província começaram a apontar para as deficiências do ensino público, destacando que nas áreas rurais o aumento da população associado à pobreza das famílias dificultavam o acesso ao ensino. Daí a preocupação do governo provincial com a instrução pública, que passou a receber maior atenção a partir dessa época. No Relatório do primeiro trimestre de 1873 encontramos seis escolas na freguesia de Barra de São João: duas nessa cidade - sendo uma feminina e outra masculina, duas em Rio das Ostras - também uma feminina e outra masculina, e duas exclusivamente para meninos, em Lontra e em Itapebussús. Neste ano estavam matriculados 22 alunos e 13 alunas na escola de Rio das Ostras; o que é um número considerável de estudantes. O Relatório destacou ainda que as escolas de Barra de São João e de Rio das Ostras estavam “providas efetivamente”, o que significa que havia professores designados e também um ensino público regular.

O inspetor geral, destacado pelo governo de Província para verificar a qualidade do ensino e a situação das escolas, visitou diversas vezes Rio das Ostras. Foi ele, o bacharel Joaquim Antônio de Souza e Silva, quem afirmou que por toda a região havia 204 alunos matriculados em sete escolas, e que “além das escolas públicas há uma particular e nenhuma de instrução secundária. Nessa escola particular de Barra de São João estudou o poeta Casimiro de Abreu. As casas em que funcionam as escolas estão situadas em lugares convenientes e com todas as condições higiênicas, à exceção da de Itapebussús (...). Estão providas as escolas dos móveis necessários (...). Não lhe faltam livros”.<sup>[1]</sup>

Contudo, outro Relatório apontava para os problemas de saneamento

e das estradas da região, tanto para os inspetores em suas visitas regulares, quanto para o acesso dos alunos a essas escolas:

“Em más condições higiênicas está finalmente o [litoral] da Barra de São João. Cortado pelo rio desse nome, cujas margens são, como já disse, pestilenciais, limitado ao norte pela lagoa de Boacica, povoado pelos alagadiços do rio das Ostras, cobertos de mato, vastos depósitos de detritos vegetais (...)”<sup>[2]</sup>.

Algum tempo depois, as escolas passaram a ser classificadas como de primeira ou de segunda categoria, “os atuais professores não terão direito ao ordenado de 2<sup>a</sup>. e 3<sup>a</sup>. categoria, ainda que nelas fiquem servindo, senão quando contarem a antigüidade para pertencerem a essas categorias”.<sup>[3]</sup> Assim, uma escola era valorizada pelo tempo de serviço e pelas qualificações dos seus professores. As escolas de Rio das Ostras eram consideradas de segunda categoria - a mais alta da região -, bem como a de Barra de São João.

No Relatório de 1876 apareceu, pela primeira vez, o nome do Professor Ignácio Giraldo Mathias Netto, professor de 1<sup>a</sup>. Classe, com antigüidade de seis anos e sete meses e meio à época. Foi o Professor Mathias Netto quem provavelmente levou o saber, pela primeira vez, a Rio das Ostras. Mathias Netto estudou no Rio de Janeiro, e logo depois casou-se com Helena e foram exercer o magistério por várias cidades fluminenses, como Barra de São João, Santa Maria Madalena e Bananal de Itaguaí. Tinha apenas 27 anos quando chegou a Rio das Ostras, onde construiu uma sólida carreira dedicada ao ensino, sendo que a Professora Helena Leopoldina Xavier Netto teve o mesmo destaque para o saber riostrense. Durante muito tempo eles ali lecionaram, e mais tarde transferiram-se para Macaé, onde o professor esteve à frente de uma outra escola, que depois levou o seu nome. Nesta última cidade Mathias Netto foi professor de Washington Luiz, que mais tarde tornou-se presidente da República.

Em julho de 1874 as escolas de Rio das Ostras receberam autorização da Diretoria de Instrução para terem internatos: havia quatro alunos no internato feminino e oito no masculino. Um destaque que diferencia e eleva a qualidade do ensino é o fato do Professor Mathias Netto ter licença para lecionar francês. Era também poeta, e teve mais de cem poemas e artigos publicados nos jornais da época, principalmente os de Macaé. O número de alunos nessas escolas só fez crescer, no decorrer dos anos. Em 1881, havia 29 alunos na escola masculina, para 22 alunas na escola da Professora Helena; além dos internos, evidentemente.

O ensino público era de instrução primária - em Rio das Ostras não havia o nível secundário - e compreendia: instrução moral e religiosa; leitura e escrita; noções de gramática; princípios elementares de aritmética, incluindo o sistema legal de pesos e medidas; noções de geografia; noções de

cosmografia; História do Brasil; noções de geometria plana e desenho linear. Para as escolas de meninas havia ainda os trabalhos “de agulha e costura”.

Era importante para o governo de Província ter informações sobre o ensino ministrado, sobre o estado das escolas e sobre o nível dos professores, porque todas as despesas eram pagas por ele. Despesas que hoje não imagináramos, como percebemos em um dos relatórios: onde os ordenados dos professores de Rio das Ostras eram: para o Professor Mathias Netto, 1:258\$886 e para a Professora Helena, 1:336\$105. O aluguel de casas para esses professores era da ordem de 480\$000 <sup>[4]</sup>; o custeio com as escolas era 60\$000 para a masculina e 38\$000 para a feminina, que recebia ainda 19\$000 para o preparo para trabalhos d’agulha”. <sup>[5]</sup>

Como podemos depreender desses documentos, a educação primária era uma preocupação do governo, que, mesmo em se tratando de uma cidade pequena como Rio das Ostras, nunca se descuidou da instrução pública ali. Os dois professores prosseguiram suas carreiras de magistério em Macaé, sendo que uma última informação sobre Mathias Netto foi a sua presença no quadro de votantes de Rio das Ostras nas eleições de 1880.

Notas:

[1] Relatório do Inspetor de instrução pública ao Governo de Província do Rio de Janeiro. 1874

[2] Relatório de Província do Rio de Janeiro. 1879

[3] Relatório do Conselho de Instrução Pública. 1876

[4] Este valor é anual, de uma casa alugada pelo governo a José Júlio Lopes Gonçalves. O aluguel pago à Professora Helena era de 300\$000

[5] Relatórios de Províncias de 1878 e de 1880



## OBRAS PARA UM RIO E UMA CIDADE

*“O ruinoso estado a que chegou esta ponte do rio das Ostras reclama-se imperiosamente a sua reconstrução.”*

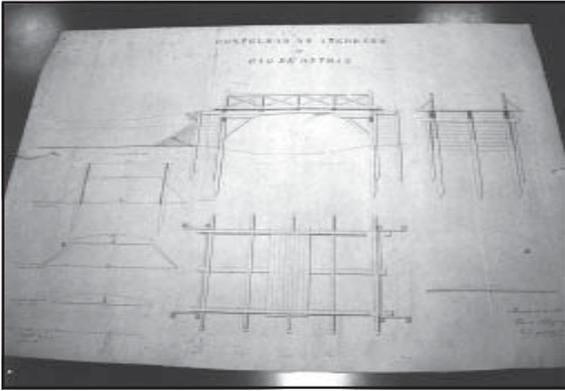
Relatório de Província

Esta foi a primeira referência encontrada nos documentos oficiais, visando promover alguma obra pública em Rio das Ostras. Desde o início da colonização a cidade foi passagem de tropas de gado e de viajantes que se dirigiam para o norte fluminense, em especial a região canavieira. Até o século XIX as estradas que atravessaram a região não podiam ser consideradas boas nem seguras e as viagens pelos caminhos eram bastante penosas. A estrada de ferro permitiu um grande conforto aos viajantes que se dirigiam ao Rio de Janeiro, a Macaé ou a Campos, mas era necessário se promover melhorias também na ponte sobre o Rio das Ostras facilitando assim a passagem pela cidade.

Na segunda metade do século XIX foi decidida a construção de um canal ligando Macaé a Campos. Esse canal foi considerado, pelo seu porte de grande e dispendiosa obra, uma das tarefas mais importantes no setor, pelo Governo Imperial. Muitos investimentos foram feitos, visando a realização desse projeto: a finalidade era facilitar o escoamento da produção do interior para os portos do litoral, bem como equilibrar a vazão dos rios, principalmente o Paraíba do Sul, considerado de difícil navegação. Foi na década de 40 do século passado que as obras tiveram seu início anunciado. Entretanto, quer por motivos técnicos, financeiros ou políticos, esse canal levou quatro décadas para ficar pronto, consumindo muitos investimentos. Mesmo assim, ao se anunciar o início das obras, fazia-se necessário facilitar o transporte terrestre, melhorando as estradas que levavam da Côrte a Campos e reconstruindo as pontes - como a do rio das Ostras. Foi nesse contexto que o Governo da Província se preocupou em realizar as reformas que a partir de então seriam uma constante:

“Ponte do rio d’Ostras

O ruinoso estado a que chegou esta ponte reclama-se imperiosamente a sua reconstrução. Outrora recebeu alguns consertos feitos por particulares, e continua a dar passagem segura, hoje porém nos grandes ressaltos, que tem nos cabeços, as tábuas deslocadas no solo, e o vigamento podre, obrigam os passageiros a aprear-se, e passar cada pessoa de per si. A renovação desta



*Pontilhão do Rio das Ostras. Século XIX. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.*

ponte deve acompanhar a do aterro do Brejo, que lhe dá saída.”<sup>[1]</sup>

E, no ano seguinte, a fiscalização de Obras Públicas observou:

“Ponte do Rio das Ostras

Em meu relatório do ano passado fiz ver à Diretoria o estado a que estava reduzida aquela ponte, e o aterro, que a ela conduz. Sei que a despesa para o seu conserto foi classificada na Lei financeira, mas até hoje não tive ordem de formar o projeto da nova obra, entretanto o seu desmantelamento tem progredido.”<sup>[2]</sup>

O chamado aterrado do rio das Ostras mereceu constantes obras do governo provincial, pois a estrada que cortava a cidade merecia reparos para que não se tornasse intransitável. Era importante que tais reparos nos aterrados fossem acompanhados de obras na ponte, como troca de vigas, de esteios e de dormentes, para que esta manutenção permitisse sempre o escoamento do trânsito.

As dificuldades para a realização de tais obras eram de toda sorte:

“Reparos do aterrado do rio das Ostras e de alguns pontilhões do mesmo.

Os reparos necessários a esse aterrado, orçados em 297\$rs, foram mandados fazer por administração pela Portaria de 23 de dezembro do ano findo.

O engenheiro do distrito não tem dado começo às obras pela dificuldade de obter operários, visto que eles se recusam a trabalhar naquela localidade, com receio das febres e outras enfermidades que ali tem grassado, em consequência das grandes chuvas torrenciais que nestes últimos seis meses tem caído. Informa, porém, o mesmo engenheiro que em breve espera dar-lhes andamento”.<sup>[3]</sup>

“Aterrado e pontes do rio das Ostras, na estrada de Niterói a Campos, na parte compreendida entre a Barra de São João e a cidade de Macaé.

Em virtude da portaria de 22 de março do ano findo foi organizado o orçamento de despesa a fazer-se com a reconstrução desse aterrado e pontes.

Aprovado o dito orçamento (...) foram as obras postas em hasta pública (...) e foram adjudicadas a Antônio Francisco de Almeida, que por contrato de 09 de outubro se obrigou a executar as ditas obras (...).

Os trabalhos tiveram começo de execução no dia 09 de novembro último. Tem o arrematante empregado ultimamente maior atividade nestas obras, prosseguindo a reconstrução do aterrado e achando-se já reunida a madeira necessária.

Ainda não se pagou prestação alguma”.<sup>[4]</sup>

O desenho da ponte, ou como foi intitulado, o pontelhão no aterrado do Rio das Ostras, feito pelo engenheiro Pedro de Albuquerque Rodrigues, do 6º distrito da seção de Macaé, datado de 18 de abril de 1869 mostra com minúcia esse projeto. Aliado a essa necessidade de obras públicas, o governo provincial tinha também que se preocupar com os rios. Foram criadas diversas companhias de navegação a vapor, que partindo do Rio de Janeiro se dirigiam aos portos de Macaé e de Campos regularmente. Esses barcos faziam pelo menos uma viagem mensal, tendo como escala Cabo Frio. O rio das Ostras ficava fora desse roteiro: “além destes há o rio d’Ostras, que deságua no oceano; e cuja estreita barra apenas permite a entrada de lanchas e canoas que demandem menos de cinco palmos nas marés cheias; sendo interiormente navegado por seis ou oito lanchas.”<sup>[5]</sup>

Encontramos um mapa com a relação das embarcações que navegavam pela região, com suas respectivas tonelagens médias. São barcos que tem capacidade entre 16 e 122 toneladas. Observamos que nessa relação existe um, o Pacote do Rio das Ostras, que é o de menor tonelagem. Portanto, depreendemos que havia, também no rio das Ostras, uma navegação comercial, constante, embora para barcos de pequeno calado.

Assim, surgiu, em função do rio, a cidade ao seu redor. Se Rio das Ostras não era um grande centro urbano, no século passado, com certeza a sua localização e, principalmente o fato de sua vida girar em torno do rio, transformaram a pequena vila de pescadores no projeto de uma cidade.

Notas:

[1] Relatório de Província do Rio de Janeiro. Obras Públicas. 1843

[2] Ibidem. 1844

[3] Ibidem. 1866

[4] Ibidem. 1870



# ESCRAVOS

*“Não têm outra saída, uma vez que da condição de escravo só se sai pela porta da morte ou da fuga”.*

Darci Ribeiro

Foi por volta de meados do século XVI que o negro africano chegou ao Brasil. Na condição de escravizado, vinha para a lavoura canavieira, tanto do nordeste quanto do sudeste. O índio, um elemento importante para a formação do povo brasileiro, jamais se adaptou à captura. Por serem donos das terras, por conhecê-las profundamente, por sua vida nômade, as fugas os afastavam do europeu colonizador. Aqueles que eram seduzidos para as missões jesuíticas perdiam sua identidade, trabalhavam a terra da Companhia de Jesus, mas nunca foram em número suficiente para todos os latifúndios.

O negro africano quando chegava ao Brasil era logo separado das pessoas de sua tribo e misturado a outras, com língua e costumes diferentes. Numa terra desconhecida, totalmente desprovido de qualquer elo com os seus, sua subordinação ao trabalho na lavoura tornava-se inevitável. Não se trata de submissão, mas de falta absoluta de perspectivas, aliada a uma autoridade repressora. A revolta, entretanto, sempre se fez presente, e foram muitas as rebeliões e fugas de escravos. Perseguidos, não tinham saída. Por esse motivo, muitos escravos fugiam da lavoura canavieira e se refugiavam em quilombos protegidos do olhar da autoridade, nas serras fluminenses.

“Escravo fugido; fugiu da Fazenda de D. Anna Moreira da Costa Bellas, há dois meses, o seu escravo Manoel, crioulo... levou vestido, calças e ceroulas de algodão... Desconfia-se que foi-se para os lados do Rio das Ostras.”<sup>[1]</sup>

Nas matas da região de Macaé e de Cantagalo ficava o quilombo mais famoso, o Quilombo dos Três Picos, ou Quilombo de Santo Antônio do Ouro, onde, segundo Pizarro, “alguns mulatos de baixa instrução procuravam seduzir os escravos para se sublevarem”.<sup>[2]</sup> Ainda no século XVIII, da mineração, o governo preocupou-se com esse quilombo nas serras fluminense. Primeiro, visando destruir o agrupamento dos negros, para que ficasse o exemplo, impedindo assim novas fugas. Segundo, porque os quilombos colocavam em risco a recolha do dízimo real nas áreas de mineração (principalmente nos rios próximos a Minas Gerais). Terceiro, para impedir a ação dos contrabandistas de ouro e extraviadores. E finalmente tomou uma medida concreta que era a ordem de se fundarem

povoados pelo sertão, para que a fiscalização da Coroa portuguesa pudesse ser realizada mais facilmente.

De acordo com inúmeros anúncios publicados nos jornais da época, principalmente no Rio de Janeiro, não eram poucas as fugas “para os lados” de Rio das Ostras e Barra de São João. Evidentemente, os quilombolas se refugiavam nos sertões, nunca próximos à foz do rio, por ser local de forte vigilância das autoridades.

A escravidão, que encontrou forte respaldo no governo português, começou a sofrer um revés a partir da segunda metade do século XIX. Interesses da Inglaterra deram início a uma pressão internacional para que se acabasse com a escravidão a nível mundial. O Brasil, embora dependesse do trabalho escravo para a sua produção, em 1850 promulgou a primeira lei de uma série que viria a por fim à escravidão. A lei Eusébio de Queiróz proibia o tráfico de escravos. Ainda continuou existindo o trabalho forçado do negro, mas a partir de então o comércio desse “produto” (como os senhores chamavam os escravos) ficava interdito.

Devemos então ressaltar que, não só a produção na lavoura, mas também todo tipo de trabalho era realizado pelo negro escravizado. Assim, obras como a igreja, o cemitério, aterros, pontes, todas eram feitas com o braço escravo. Foi assim que as cidades começaram a crescer, e foi assim que Rio das Ostras começou a ser construída também.

Devido à proibição do tráfico de escravos, o preço do “produto” aumentou consideravelmente, o que viria a comprometer os custos dos senhores de engenho e mais tarde, de café do norte fluminense. O contrabando tornou-se uma constante em toda a Província do Rio de Janeiro, mas principalmente no litoral norte fluminense. Ali, mais uma vez, as enseadas protegidas do olhar das autoridades iriam propiciar aos comerciantes ilegais um esconderijo perfeito.

“Tornar-se-ão notórios nesse tipo de comércio muitos traficantes nos arredores de Cabo Frio, de Macaé e de São João da Barra, que por sua vez, mantinham agentes em Rio das Ostras, Barra de São João, Cabo São Tomé, Ponta de Búzios (...) e tinham elementos de ligação no Rio de Janeiro”.<sup>[3]</sup>

A primeira referência encontrada sobre a preocupação do governo provincial em coibir esse comércio foi encontrada em 1841. Apesar de nesta data o tráfico não estar totalmente proibido, ainda assim muitos comerciantes realizavam negócios ilícitos. Segundo Casadei, nesse ano foi feita uma reclamação de Emídio Ribeiro da Silva sobre “a entrega de um patacho [barco] que fôra apreendido na enseada próxima do Rio das Ostras, pela escuna Lebre (...), por se achar abandonado e ter desconfiado de ser empregado no

tráfico.”<sup>[4]</sup>

Os anos de grande repressão ao tráfico foram a partir de 1850. A polícia recebia denúncias - omitidas nos relatórios e dadas como anônimas, de desembarques e de esconderijos de escravos. Na verdade, os grandes interesses de mercado da Inglaterra é que pressionavam o governo provincial a reprimir o tráfico. Como elos de uma corrente, o negro era trazido ilegalmente, o comerciante o escondia para se proteger da lei, a polícia fazia buscas constantes, os senhores de engenho pagavam o preço alto de um escravo que não podia ser comercializado, mas do qual dependia toda a sua produção agrícola. Podemos acompanhar, através dos relatórios provinciais, as diligências da polícia e todas as providências para impedir a continuidade do tráfico de escravos:

“Constando por denúncia (...) que em Cabo Frio ao lado da fortaleza, na entrada da barra do rio a existência de barracões onde estão utensílios da escuna Rival e se encontram velames, grande quantidade de tonéis, pipas (...) e outros objetos, próprios para navios destinados ao tráfico, saindo para a Côte sem excitar as suspeitas da Polícia (...).

A mesma denúncia fidedigna revela que no Rio das Ostras existem casas próprias para desembarque de africanos, galés. É mister portanto que V. As. dirigindo-se também a esse lugar proceda do mesmo modo, de maneira que tais desembarques não se possam ali repetir (...).”<sup>[5]</sup>

A esse documento, o subdelegado de Rio das Ostras respondeu ao chefe de polícia do Rio de Janeiro que:

“dificilmente poderei cumprir tais ordens sem que haja neste distrito à minha disposição um pequeno destacamento (...) e que esse destacamento fique permanente. Em cumprimento às portarias de V. Excia. datadas de 25 e 26 do corrente em que me determina faça avaliar e demolir um telheiro ou barracão existente neste lugar ao pé do Morro denominado do Limão passei a cumprir as ordens.”<sup>[6]</sup>

As ordens vinham diretamente de Eusébio de Queiróz, o mesmo que fez a lei coibindo o tráfico negreiro. A Polícia de Macaé, cumprindo ordens da Polícia Provincial, enviou então dois policiais, que ficaram à disposição do subdelegado de Rio das Ostras, aumentando para quatro o destacamento da cidade. No decorrer de uma intensa troca de correspondência entre Rio das Ostras e o Rio de Janeiro, as providências foram tomadas:

“...recomendo a pronta execução, quer relativamente ao recrutamento daqueles indivíduos que não tendo isenção legal, são avessados a auxiliar desembarques no Rio das Ostras, quer acerca dos estrangeiros que, nas mesmas circunstâncias não se quiserem engajar, ou não possam servir na Armada,

aos quais V. As. Fará obrigar a sair daquele lugar, negando-se-lhes positivamente nos títulos de residência a permissão de escolherem domicílio no litoral (...)”<sup>[7]</sup>

Entre janeiro e fevereiro foram realizadas as diligências policiais, que resultaram no interrogatório de pelo menos seis pessoas em Rio das Ostras. Antônio José Gonçalves - português, João Alves Moreira - português, Antônio dos Santos Moreira - brasileiro, Bernardo Alves da Silva - português, José dos Santos - português, e Manoel Luiz Coelho - português. Caso fossem indiciados por algum motivo, mesmo sendo apenas chamados para prestar esclarecimentos, se fossem estrangeiros, ficariam sem a permissão de residência. Foram realizados autos de busca e apreensão dos objetos que denunciavam o comércio ilegal de escravos em Rio das Ostras.

“Auto de perguntas feito na forma abaixo declarado

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 1851 neste lugar denominado Rio das Ostras, onde foi vindo o Chefe de Polícia interino da Província do Rio de Janeiro, compareceram Antônio José Gonçalves, caixeiro de Manoel da Fonseca Silva, neste lugar, encarregado por José Joaquim Marques de Alves de guardar as chaves de uma casa de residência e armazéns que o mesmo Alves tem neste lugar, e declarar que os mencionados armazéns serviram de depósito de africanos boçais, porém que há quase um ano que não tem sido neles recolhidos mais africanos, e que há muito tempo que aqui não aparece o referido Alves; havendo também um barracão no canto da praia feito de madeira pertencente ao mesmo Alves, onde se guardavam utensílios de navios empregados em tráfico de africanos, e onde se acha uma lancha, que se empregava no mesmo tráfico, pertencente ao citado Alves, bem como uma balieira que está nesta praia debaixo de um telheiro. Joaquim Alves Moreira (...) de negócio, e morador neste sítio, declarou que uma casa e armazéns que se acham nesta praia pertencentes a José Joaquim Marques de Alves assim como uma embarcação que existe no canto da mesma praia de propriedade do mencionado Alves também, serviram de depósito de africanos boçais, e objetos pertencentes a navios empregados no tráfico de africanos; que viu lanchas muitas vezes conduzir africanos para terra, porém não pode afiançar de uma lancha que se acha no referido barracão no canto da praia, e que é do mesmo Alves também desembarcou negros novos. Que existe uma outra casa também na praia e armazéns pertencentes a Antônio Ferreira de Oliveira, que serviram para depósito de africanos boçais, mas que há um ano não recebe africanos. Quanto a uma balieira que existe na praia debaixo de um telheiro pertence a José Joaquim Marques de Alves e Manoel da Fonseca Silva, mas que nunca se empregou no tráfico.

Antônio dos Santos Moreira, caixeiro de Manoel da Fonseca Silva, morador neste lugar (repete-se a declaração anterior sem modificações) barracão no canto da praia também serviu para desembarque de africanos novos mas que não serve desde que não desembarcam africanos nos mencionados armazéns. Bernardo Alves da Silva, alfaiate [repete-se a mesma declaração]. José dos Santos, tanoeiro, declarou mais que uma outra balieira, que também existe nesta praia debaixo de uma árvore pertence a Antônio Ferreira de Oliveira, a qual, assim como as outras de que acima se falou, ocupou-se no tráfico de africanos.

Manoel Luiz Coelho, com casa de negócio neste lugar do Rio das Ostras declarou que há seis ou oito meses pouco mais, ou menos, não desembarcam neste ponto africanos novos nos armazéns de depósito que aqui há de José Joaquim Marques de Alves e Antônio Ferreira da Silva, porém antes desse tempo desembarcavam e eram depositados nos ditos armazéns...”<sup>81</sup>

Qualquer cidadão, fosse comerciante ou um simples trabalhador, podia ser convocado a prestar depoimento à polícia. A futura cidade, que já tinha seus esboços na segunda metade do século XIX, desenhava-se a partir da praia que hoje se chama do Centro, onde ficava o Largo da Nossa Senhora da Conceição com a igreja em destaque e a fonte de água potável que abastecia toda a população. Seguindo pela praia encontrava-se a única árvore que poderia dar sombra suficiente a um grande barco, a figueira de tempos imemoriais, citada por viajantes, cronistas e por todos que passaram por Rio das Ostras. A pouca distância dali fica o Morro do Limão, hoje morro do Iate, onde havia outro poço de abastecimento de água. Pois era na base desse morro com o início da praia que ficava o barracão que escondia escravos. Escondiam-se os cativos dos barcos portugueses de fiscalização, mas o “esconderijo” ficava de frente para toda a cidade... Por isso não foi muito difícil para as autoridades tomarem conhecimento do fato. Devemos salientar que os comerciantes que realizavam esse tráfico ilegal de escravos eram pessoas de posses, negociantes bem estabelecidos na cidade. Esse era um comércio muito dispendioso, que exigia altos investimentos, e só podia ser realizado por comerciantes abastados, como o era em Rio das Ostras.

“Auto de busca e apreensão feito na forma abaixo declarado

Aos vinte e cinco de janeiro de 1851 neste lugar denominado Rio das Ostras onde por ordem do Governador de Província do Rio de Janeiro (...) deu o mesmo chefe de polícia busca nos armazéns que neste posto existem de propriedade de José Joaquim Marques de Alves e outros de Antônio Ferreira de Oliveira, que tem servido como depósito de africanos boçais, bem como um barracão de madeira no canto desta praia (...) foi encontrado nos armazéns

do referido Antônio Ferreira de Oliveira duas velas de lancha e no mesmo barracão de madeira do dito Antônio uma lancha de dez remos, um mastro, duas vergas, cinco remos, um ancorote, uma fatecha, quatro (...), um moitão, um leme de lancha, uma cana do dito, uma verga de gávea, um gaviete, duas velas de lancha muito velhas, duas balieiras e duas atalaias; as duas balieiras foram achadas na praia próxima dos mencionados armazéns, sendo todos os referidos objetos transportados para bordo do vapor Dom Afonso a fim de serem conduzidos para a Côrte e depositados no Arsenal da Marinha (...).

Para proceder à avaliação de um telheiro construído junto à praia e ao pé de um morro denominado do Limão (...) [os peritos] declaram que esse telheiro com trinta palmos de frente e cento e vinte de fundos, coberto de telha solta, tendo do meio para o fundo as paredes de tijolos velhos e (...), estando por um dos lados quase a desabar, e do meio para a frente cercado de um lado a dita frente de taboados e do outro aberto tendo na divisão que separa por repartição do fundo duas portas velhas, podia valer a quantia de 150 mil réis (...).”<sup>[9]</sup>

Os barcos foram apreendidos, o barracão, devido ao péssimo estado de conservação, foi demolido. Só não foram encontrados escravos, que, segundo os dois principais acusados, já não eram traficados “há mais de um ano”, o que os eximia de qualquer culpa. No entanto, as evidências, a quantidade de depoimentos coincidentes e a ação policial não deixam qualquer dúvida de que Rio das Ostras era um dos principais pontos de

Notas:  
[1] Periódico Monitor Macaense, 12 de Novembro de 1850.

[2] Citado por Casadei, T. Documentos Sobre a Repressão ao Tráfico de Africanos no Litoral Fluminense. p. 63

[3] Citado por Feydit, J. Subsídios para a História dos Campos dos Goitacazes. p. 69

[4] Citado por Casadei, T. ob. cit. P. 63

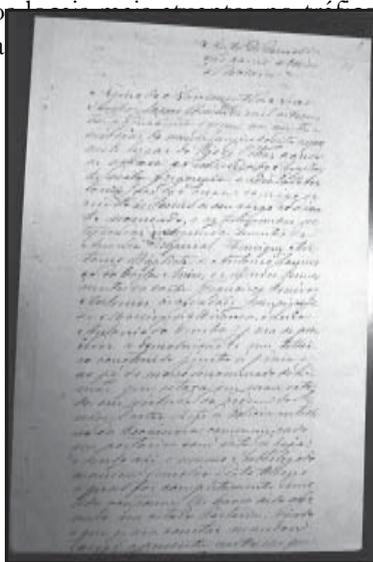
[5] Relatório de Província, assinado pelo Chefe de Polícia interino Bernardo Augusto Nascentes Azambuja, 19 de janeiro de 1851

[6] Relatório de Província, assinado pelo subdelegado Antônio José de Souza, 26 de janeiro de 1851

[7] Relatório de Província, assinado por Luiz Pereira do Couto Ferraz, 11 de fevereiro de 1851

[8] Relatório de Província, assinado por Carlos José Ferreira Chaves, 25 de janeiro de 1851

[9] Relatório de Província, assinado por Carlos José Ferreira Chaves, 25 de janeiro de 1851



Autos do processo da Polícia realizados em Rio das Ostras para coibir o tráfico de escravos, 1851. Arquivo Público do Estado Rio de Janeiro.

# VIAJANTES

*“Ao ver Rio das Ostras pela primeira vez, senti um impacto, pela beleza da natureza, com tantos lugares bonitos.”*

Palmir Silva

Por sua localização à beira-mar e a meio caminho entre os engenhos de cana de açúcar do norte fluminense e a capital, Rio das Ostras sempre foi uma das paradas obrigatórias dos viajantes. O rio obrigava todos a uma travessia que dependia ora das marés, ora do estado da ponte, fazendo com que os viajantes se detivessem por algum tempo nos arredores do arraial. Desde o início da colonização, muitos viajantes passaram por ali, deixando relatos sobre o quanto apreciaram a região.

Américo Vespúcio foi, provavelmente, o primeiro europeu em Rio das Ostras, de muitos outros que viriam a conhecer o lugar ainda no século XVI, como Jean de Léry. Durante os três primeiros séculos de dominação portuguesa no Brasil, esse recanto do litoral fluminense foi inserido em mapas e relatos de franceses, holandeses e ingleses.

O século XIX espalhou pelo “mundo novo” muitos cientistas e pesquisadores europeus, empenhados em desvendar novos horizontes. Muitos se dirigiam para a América e para as ilhas do Pacífico a fim de conhecer terras exóticas e com uma natureza diferente; o Brasil era caminho obrigatório para eles. Ao passar pelo litoral do Rio de Janeiro, esses cientistas se detinham em descrever minuciosamente os aspectos geográficos, a fauna e a flora que encontravam. Em Rio das Ostras, ficavam encantados com a paisagem exuberante. Auguste Saint-Hilaire, naturalista francês, foi um desses viajantes que conheceu Rio das Ostras, descrevendo suas impressões minuciosamente:

“A pouca distância do Rio das Ostras retoma-se a beira do oceano, onde existem, em espaços irregulares, pequenas e míseras cabanas. Mau grado acostumado a ver nas mais tristes moradas mulheres vestidas como as das cidades, não pude conter minha surpresa ao ver na janela de uma miserável choupana uma encantadora moça vestida à moda inglesa com um chale de seda e cabelos penteados elegantemente. Sua beleza surpreendeu-me mais que sua “toalette”, porquanto desde o Rio de Janeiro não vira rosto verdadeiramente belo. Uma cor desagradável é principalmente o que enfeia as mulheres desta parte do litoral.

Não havia caminhado mais de duas léguas desde a aldeia de São João quando cheguei ao Rio das Ostras. Era então muito tarde; a maré estava alta e, para poder atravessar o rio era preciso descarregar as bestas e recarregá-las na outra margem. Toda essa operação tomaria muito tempo, e como eu tinha um grande número de plantas a estudar, decidi deixar para o dia seguinte a passagem do rio.

O Rio das Ostras não tem mais de duas léguas de curso. Pequenas embarcações podem, contudo, entrar por sua embocadura, porém somente aproveitando a maré alta. Segue esse rio num espaço de algumas centenas de passos, notando que ele é margeado por mangues. O nome do rio vem da abundância de ostras que se nota em sua embocadura. As ostras não são aqui empregadas cruas na alimentação; são cozidas ao fogo, sem serem antes abertas. Essa grosseira preparação imprime-lhe um gosto desagradável de fumaça; entretanto notei que conservam ainda algum sabor delicado.

Pernoitei em uma venda construída à margem esquerda do rio, cujo dono era um antigo calafate nascido em Portugal. Em geral a maioria dos homens que, nesta costa, possuem vendas, são portugueses. Mais ativos, mais acostumados ao trabalho, mais previdentes, mais econômicos que os naturais do país, são mais capazes para esse gênero de negócio (...).

No dia seguinte pela manhã a maré baixou, e eu atravessei a vau o Rio das Ostras, um pouco acima da venda. Em um espaço de quatro léguas e meia, do Rio das Ostras à fazenda de Boassica, próximo da qual parei, segui quase sempre à beira-mar.<sup>211</sup>

Desse relato percebemos o quanto o rio influenciou no desenvolvimento do arraial, que aos poucos foi crescendo em função dessa travessia. Assim como Saint-Hilaire, também Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied por ali passou, observando:

“Alcançamos a fazenda de Tapebuçú, situada numa colina próxima ao mar, onde fomos recebidos cortesmente pelo proprietário, alferes de milícia. A posição dessa fazenda é muito agradável; logo por detrás erguem-se veneráveis florestas, dela separadas apenas por um lago, no qual as árvores se espelham encantadoramente. À eminência em que se acha a casa olha para uma vasta planície, coberta por impenetrável mata, de cujo meio se ergue a Serra do Iriri, serra isolada e digna de nota, de quatro ou cinco picos cônicos, também cobertos pela mataria; mais à esquerda, para o sul, fica, solitário, o monte de São João. Em nossa estampa 15 representa-se esse lugar, vendo-se a fazenda no primeiro plano e pouco além a lagoa. As terras pertencentes à propriedade tem uma légua de comprimento e são parcialmente plantadas de mandioca e arroz, também se cultiva algum café (...).

A chuva e o vento escureciam o amplo panorama da região, onde, sombria, a Serra de Iriri se elevava sobre as florestas pardacentas, e o morro de São João se delineava ao longe. O caminho de Tapebuçú ao rio Macaé

segue pelo vasto areal na extensão de quatro léguas, quase sempre ao longo da praia litorânea; aqui e ali, pequenos rochedos entravam pelo mar, nos quais descobrimos conchas e musgos.”<sup>[2]</sup>

Notemos aqui, que Tapebuçú era o nome dado por extensão a uma terra que partia do rio das Ostras até os Campos do Iriry. Em alguns documentos, porém, designava Rio das Ostras também. Esse magnífico desenho da obra de Maximiliano de Wied-Neuwied retrata que no início do século XIX só havia fazendas, as antigas sesmarias, e mal se delineava ainda o arraial. Somente em meados do século é que surgiram as primeiras construções que desenharam a cidade no mapa como arraial e, mais tarde, vila.

De todos os viajantes que passaram por Rio das Ostras, o mais ilustre foi o Imperador D. Pedro II. Em 1847, o Governo Provincial decidiu-se pela construção do canal entre Macaé e Campos, tendo como finalidade facilitar o curso do rio Paraíba. Essa seria uma obra de grande porte e de custos muitos elevados, e, por isso, levou várias décadas para ser concluída. Com a inauguração das obras, D. Pedro, como que a sublinhar a importância desse empreendimento, foi pessoalmente visitar a região. Sua viagem foi marcada para março e abril daquele ano, e foi fartamente noticiada pela imprensa carioca e do norte fluminense. O Imperador saiu do Rio de Janeiro de navio e passou a primeira noite fundeado ao largo de Cabo Frio, chegando a Macaé no dia seguinte. Esteve ainda em Campos e Quissamã; e em todas essas cidades onde se hospedou, participou de festas e de inúmeras solenidades: missas, teatros, recepções, quando foi apresentado à nobreza local, os ricos senhores de engenho.

Depois de aproximadamente um mês de viagem, iniciou o retorno ao Rio de Janeiro, sendo que desta feita, por terra. Sua passagem por Rio das Ostras foi noticiada por todos. O *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, relatou, em sua edição de 28 de abril:

“Depois do almoço seguiu Sua Majestade para o Rio das Ostras, aonde chegou às onze e meia. Nessa pequena povoação foi Sua Majestade recebido com vivas demonstrações de júbilo. Ali o esperavam muitas pessoas da vila de Barra de São João para terem a honra de acompanhá-lo até a dita vila. Sua Majestade descansou por espaço de três quartos de hora em casa do Sr. Fonseca, que tinha preparado uma mesa de finos doces para oferecer a Sua Majestade. Ao sair à beira-mar achava-se um bonito arco (...). À uma hora, pouco mais ou menos, seguiu Sua Majestade em carrinho para a Barra de São João onde chegou às duas.”<sup>[3]</sup>

O mesmo relato é feito pelo *Jornal O Mercantil*, cujo proprietário, Moniz Freire, acompanhou o Imperador nessa viagem, descrevendo com maiores minúcias ainda a rápida estadia da comitiva em Rio das Ostras:

“Perto das dez horas partiu o Imperador (...) e prosseguiu a viagem para o lugar denominado Rio das Ostras, pouco distante desta vila

(Imboassica, Macaé), onde devia fazer uma pequena parada para descansar (...). Sem novidade alguma chegou-se às onze horas e meia ao lugar do destino: o séquito imperial aumentava cada vez mais com novos cavaleiros que em caminho se lhe reuniam para ter a honra de acompanhar o Imperador.

O pequeno arraial do Rio das Ostras é um sítio de magnífica vista e posição, na margem de uma vasta baía onde podem entrar e sair as embarcações sem dependência alguma de vento ou de maré, salvo o caso de grande temporal. Em casa do súdito de S. M Manoel da Fonseca e Silva apeou-se S. M. para descansar, e ali se achava preparada uma bem servida mesa de refrescos dos quais o Imperador pouco serviu-se por ter ainda muita disposição. A recepção de S. M. nesse lugar foi muito festejada, como sempre, sendo todos esses festejos promovidos pelos súditos portugueses José Thomás Pinto de Magalhães, Manoel da Fonseca e Silva (o dono da casa), João José da Silva Porto, Antônio Ramos de Oliveira e José Joaquim Marques de Abreu: todos esses senhores e muitos outros que ali se achavam reunidos para esse fim receberam o príncipe e lhe beijaram a mão. Um barco pertencente ao primeiro deles, que se achava ancorado na baía e embandeirado, deu diversas salvas de artilharia que eram correspondidas por infinitos foguetes que de terra se atacavam. Na entrada do arraial estava armado um vistoso arco triunfal, e de duas pequenas tribunas praticadas no interior dele duas meninas bem vestidas e coroadas de grinaldas espargiram flores sobre o Monarca quando ele passou.

Diversos dísticos e inscrições que não deixam de ser curiosos viam-se nas duas faces desse arco, sobre o qual se achavam as armas imperiais de um e outro lado. Na face do oeste e na parte superior estava em linha horizontal este dístico latino:

“Petrus, secundus nomine et imperio, primus hic natus, transiit huc anno 1847.”

“Nesta mesma face (que é a que ficava voltada para o lado da estrada) em diferentes lugares estavam escritos os seguintes versos:

“Enquanto que o Amazonas  
Majestoso aos mares role  
Viva Pedro e mais Thereza  
Viva e brilhe a augusta prole.  
Tributo tão lisonjeiro  
Da lealdade mais pura  
Ao monarca brasileiro  
Penhor de paz e ventura.  
Assim outrora gregos e romanos  
Festejavam seus gratos soberanos  
Tão longe volva teu feliz reinado  
Que seja dos reis todos invejado.”

“Na face de leste (que olha para o mar) havia o seguinte dístico na parte superior e em linha horizontal: C.D. O . a S.M.I. o Imperador os súditos de S.M.F.

Depois de alguma demora neste sítio e de conversar um pouco com as pessoas da casa e outros cidadãos que ali acorreram o Imperador partiu quase à uma hora da tarde.”<sup>[4]</sup>

Desta visita tão importante e festejada por Rio das Ostras, devemos destacar alguns aspectos: um primeiro detalhe que chama a atenção em todos os relatos de viajantes é que os cidadãos ilustres da vizinha Barra de São João se dirigiam a Rio das Ostras para de lá acompanhar os visitantes. O outro é a lista dos cidadãos da vila que recepcionaram o Imperador: esses grandes comerciantes, proprietários de barcos e donos das melhores residências de Rio das Ostras mais tarde foram indiciados no processo de tráfico ilegal de escravos. Como pudemos depreender desse fato, esse comércio ilegal era realizado somente por pessoas muito ricas e ilustres cidadãos. Quatro anos depois seria proibido, mas quando da visita do Imperador, era uma atividade comercial como outra qualquer.

D. Pedro teria declarado em seu diário pessoal, segundo algumas fontes<sup>[5]</sup>, que Rio das Ostras possuía uma bonita praia. Como todos os viajantes que por ali passaram, também o Imperador foi seduzido pela beleza de Rio das Ostras e da Baía Formosa.

Notas:

[1] Saint-Hilaire, A . Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. p. 178-80

[2] Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied. Viagem ao Brasil. p. 81-3

[3] Periódico Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1847

[4] Periódico O Mercantil. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1847

[5] Casadei, T. D. Pedro II na Planície Goitacá



## CONCLUSÕES

*“São os filhos da terra seu maior tesouro,  
a pérola resguardada do Rio das Ostras. E foi  
às margens desse rio e por toda a extensão  
do mar que mãos (...) teceram dia a dia  
a sua história.”*

Alcebíades Sabino dos Santos

A História é a ciência dos homens no tempo e a tarefa do historiador é desvelar essa história e contá-la para todos, através do que nos falam os documentos e registros que guardam o nosso passado.

Rio das Ostras é uma pequena cidade que teve grande importância na história da baixada litorânea. Foi, através dos tempos, um local protegido, um abrigo, enseada tranqüila que atraiu a todos como um feitiço: pelos mais diversos motivos, quem ali passava e lançava um olhar sobre a baía Formosa e sobre o rio Iriry não se esquecia de uma visão paradisíaca. Inserindo-se no roteiro de viajantes, piratas, desbravadores, cientistas, nobres e mesmo de membros da Côrte Imperial, Rio das Ostras teve sua história contada.

O pau-brasil das matas de Rio das Ostras e de Cabo Frio deu nome ao país: se hoje somos “brasileiros”, o devemos a uma história que começou a ser escrita nessa região nos primórdios do século XVI ... Limite impreciso de terras sempre disputadas, Rio das Ostras foi um referencial para o estabelecimento das fronteiras: treze léguas acima das pescarias do Cabo Frio. Iriry, Reripe, Tapebuçús foram denominações que a brasilidade criou ao integrar a cultura indígena com a portuguesa. As sesmarias com suas fazendas e o comércio às margens do rio propiciaram a formação da vila, que floresceu como cidade há pouco mais de um século, resguardando-se do crescimento desenfreado e preservando assim sua maior riqueza: a beleza natural.

Como uma verdadeira ostra, guarda seus segredos: a história de Rio das Ostras, que começa a ser contada agora, tem ainda muito a revelar. Uma praia tranqüila, um rio pequeno, uma enseada protegida. No silêncio da natureza, onde só se ouve o canto do vento, Rio das Ostras é como sua história: pérola entre o rio e o mar.



# BIBLIOGRAFIA

## FONTES PRIMÁRIAS

- ANCHIETA, José de. Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões. Belo Horizonte, Itatiaia, 1988.
- ARAGÃO, Pedro Moniz de (org.). Relação de Algumas Cartas das Sesmarias concedidas em Território da Capitania do Rio de Janeiro. 1714 - 1800. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça / Arquivo Nacional, 1968.
- FOYOS, Pe. Joaquim de. Parecer do Padre Joaquim de Foyos sobre os Bens dos Jesuítas. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1777, manuscrito.
- LERY, Jean de. Viagem à Terra do Brasil. São Paulo, Martins, 1967.
- LISBOA, Balthazar da Silva (org.). Anais do Rio de Janeiro. Tomo I. Rio de Janeiro, Gráfica do DF, 1941
- MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. Viagem ao Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1989.
- SAINTE-HILAIRE, Auguste. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil. São Paulo, USP, 1974.
- SILVA, José Carneiro da (1º. Visconde de Araruama). Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro, Imprensa Régia Leuzinger, 1819.
- TSCHUDI, Johann Jacob von. Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo, Martins Ed., 1976.
- VASCONCELLOS, Simão de (jesuíta). Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil e dos que obraram seus filhos nessa parte do novo mundo. S.l., s.ed., s.d.
- AUTOS de Seqüestro da Fazenda de Macahé dos Padres Jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Prefeitura do DF/ Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, 1759, manuscritos.
- CARTAS dos Padres da Companhia de Jesus sobre o Brasil desde 1549 a 1568. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, manuscritos.
- CATÁLOGO de Manuscritos relativos à Escravidão. Petrópolis, Arquivo Histórico do Museu Imperial. 1990.
- COLEÇÃO de Leis e Decretos do Brasil. 1861 - 1862. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- COMARCAS Eclesiásticas. Relatórios de Visitas Eclesiásticas. Rio de Janeiro, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, 1794 - 1820, manuscritos.
- CRIAÇÃO de Freguesias e Capelas. Livro 8. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, s.d., manuscritos.
- DA PROVÍNCIA do Brasil. Número de Casas e Pessoas da Companhia que nelas há. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, s.d., manuscritos.
- DOCUMENTOS sobre a Expulsão dos Jesuítas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, s.d., manuscritos.
- FUNDAÇÕES DAS Igrejas e Conventos dos Regulares Padres da Companhia de Jesus. Extinta. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, s.d., manuscritos.
- FUNDAÇÃO, Criação, Instalação e Inauguração de Edifícios Públicos, Monumentos, Tribunais, Câmaras Municipais, Vilas e Municípios. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, s.d., manuscritos.
- FUNDO de Câmaras Municipais. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, s.d., manuscritos.

FUNDO de Diretoria da Fazenda Provincial. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, s.d., manuscritos.

FUNDO de Diretoria de Obras Públicas. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, s.d., manuscritos.

FUNDO de Diretoria de Instrução Provincial. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, s.d., manuscritos.

FUNDO de Instituições Religiosas. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, s.d., manuscritos.

FUNDO de Presidência da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, s.d., manuscritos.

LIVRO Paroquial de Registro de Terras, Município de Campos. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1845 - 1857, manuscritos.

LIVRO de Provisões para Capelas, Oratórios, Pias Batismais e Cemitérios. Rio de Janeiro, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, 1869 - 1905, manuscritos.

LIVRO de Provisões para Capelas, Oratórios, Pias Batismais e Cemitérios. Rio de Janeiro, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, 1844 - 1869, manuscritos.

LIVRO Segundo dos Termos de Arrematação dos Bens dos Jesuítas. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, s.d., manuscrito.

LIVRO do Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, 1952, vol 82, manuscritos.

MARCAS de Escravos: lista de escravos emancipados vindos a bordo de navios negreiros. 1839 - 1841. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1839 - 1841, manuscritos.

MESA do Desembargo do Paço e Consciência e Ordens. Volumes 2 e 4. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, s.d., manuscritos.

ORDENS Régias dos Anos de 1719 - 1723. Livro 1. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, manuscritos.

ORDENS Régias dos Anos de 1723 a 1763. Livro 14. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, manuscritos.

PORTARIAS e Ordens Episcopais. 1838 - 1863. Rio de Janeiro, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, 1838 - 1863, manuscritos.

REGISTROS Paroquiais de Terra. Livro 42. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, s.d.

REGISTRO de Sesmarias dadas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2.vol., manuscritos.

RELATÓRIOS de Província do Rio de Janeiro. 1846 a 1885. Niterói, Typ. De Amaral e Irmão. 1846 a 1885. 39 vol.

REQUERIMENTOS Solicitando Concessão para Capitão do Mato. Rio de Janeiro, Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, s.d., manuscritos.

GAZETA POPULAR. Periódico. Macaé. 1885.

JORNAL DO COMÉRCIO. Periódico. Rio de Janeiro, 1847.

MONITOR CAMPISTA. Periódico. Campos, 1847.

MONITOR MACAENSE. Periódico. Macaé, 1847.

O MERCANTIL. Periódico. Rio de Janeiro, 1847.

OTELEGRAPHO. Periódico. Macaé, 1869.

PONTELHÃO no Aterrado do Rio das Ostras. Planta. Macaé, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1869.

MAPAS da Divisão de Iconografia da Biblioteca Nacional.

## **FONTES SECUNDÁRIAS**

ABREU, Antônio Izaías da Costa. Municípios e Topônimos Fluminenses. Histórico

- e Memória. Niterói, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1994.
- ALENCAR, Francisco et alii. História da Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985.
- ALCOFORADO, Pedro Guedes. O Tupi na Geografia Fluminense. S.l., s.ed., s.d.
- ALMEIDA, Antônio Figueira de. História Fluminense. Do início até a Independência do Brasil. Niterói, Jerônimo Silva, 1929.
- AZEREDO SILVA, F. L. de. Terra Fluminense. A terra e o homem. Rio de Janeiro, Gráf. Laemmert, 1955.
- BELTRÃO, Maria da Conceição de M. Coutinho. Documentos sobre a Pré-história dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. 1500 - 1963. São Paulo, USP, 1976.
- BERANGER, Abel F. Dados Históricos de Cabo Frio. Rio de Janeiro, Borsoi, 1962.
- CÂMARA, José Gomes B. Subsídios para a História do Direito Pátrio. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1964.
- CARVALHO, Augusto de. Apontamentos para a História da Capitania de São Tomé. Campos, Typ. Lith. De Silva, Carneiro e Comp., 1888.
- CASADEI, Thalita de Oliveira. D. Pedro na Planície Goitacá: As viagens do Imperador ao norte da Província do Rio de Janeiro. s.l., s.ed., 1985.
- . Documentos Sobre a Repressão ao Tráfico de Africanos no Litoral Fluminense. Niterói, Biblioteca Pública do Estado, 1966.
- . Páginas de História Fluminense. Niterói, Casa do Homem de Amanhã, 1971.
- CASTRO, Teresinha de. História Documental do Brasil. Rio de Janeiro, Record, s.d.
- EDELWEISS, F. Estudos Tupis e Tupi-guaranis. Confrontos e Revisões. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1969.
- ESCRAGNOLLE DORIA. Terra Fluminense. Rio de Janeiro Typ. D'a Encardenadora, 1929.
- ESTUDOS para o Planejamento Municipal. Casemiro de Abreu. Rio de Janeiro, Governadoria do Estado do Rio de Janeiro/Secplan/Fiderj, s.d.
- ESTUDOS para o Planejamento Municipal. Macaé. Rio de Janeiro, Governadoria do Estado do Rio de Janeiro/Secplan/Fiderj, s.d.
- FARIA, Sheyla Siqueira de Castro. Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes. 1850 - 1920. Niterói, UFF, 1986. Dissertação de Mestrado.
- FEYDIT, Júlio. Subsídios para a História de Campos dos Goitacazes. Desde os tempos coloniais até a Proclamação da República. Campos, J. Alvarenga, 1900.
- FROES, Mara M. e ROCHA, Selma. Terra dos Peixes. Rio das Ostras, Prefeitura Municipal de Rio das Ostras/ Fundação Rio das Ostras de Cultura, 1997.
- GASPAR DA MADRE DE DEUS, Frei. Memórias para a História da Capitania de São Vicente. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.
- JOSÉ, Olga Aziz. Atuação dos Jesuítas no Brasil no Século XVI. 1549 - 1600. Campos, s.ed., 1940. Tese.
- KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery. Família e Escravidão no Brasil Colonial. Campos, Século XVIII. Niterói, UFF, 1995. Tese de mestrado.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. A Terra Goitacá. Rio de Janeiro, Garnier, 1913, 8 vol.
- . O Homem e o Brejo. Rio de Janeiro, Lidador, 1974.
- . O Homem e a Restinga. Rio de Janeiro, Lidador, 1974.
- . Macaé à Luz de Documentos Inéditos. Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro, IBGE, 1958.
- LIMA, Lana Lage da Gama. A Rebelião Negra em Campos na Última Década da Escravidão. Niterói, UFF, 1995. Tese de mestrado.
- MACHADO, Humberto F. Escravos, Senhores e Café: a crise da cafeicultura

- escravista do Vale do Paraíba Fluminense. 1860 - 1888. Niterói, Clube de Literatura Cromos, 1993.
- MASSA, Hilton. O Negro na História de Cabo Frio. Rio de Janeiro, Cátedra, 1988.
- MEDeiros, José Sabóia Viriato de. As Antigas Sesmarias da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1938.
- OSCAR, João. Escravidão e Engenhos. Campos, São João da Barra, Macaé, São Fidélis. Rio de Janeiro, Achiamé, 1985.
- PARADA, Antônio Alvarez. Abecê de Macaé. Guia Informativo e Turístico. Rio de Janeiro, Gráf. Falcão, 1963.
- . Coisas e Gente da Velha Macaé. Rio de Janeiro, Edigraf, 1958.
- . Histórias da Velha Macaé. s.l., s.ed., s.d.
- . Meu nome, Crianças, é Macaé. Rio de Janeiro, s.ed., s.d.
- PEIXOTO, Dídima de Castro. História Fluminense. Niterói, s.ed., 1969.
- PIZZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, 9 vol.
- PRADO, João F. de Almeida. São Vicente e as Capitanias do Sul do Brasil. São Paulo, Cia. Ed. Nac., 1961.
- RIBEIRO, Darci. O Povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. Rio de Janeiro, Cia. Das Letras, 1995.
- SALVADOR, Frei Vicente. História do Brasil. 1500 - 1627. São Paulo, Weiszflog, 1918.
- SANCHES, Marcos Guimarães. Proveito e Negócio: regimes de propriedades e estruturas fundiárias no Brasil: o caso do Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.
- SANTOS, Cláudia Regina Andrade dos. O Espelho do Progresso - o Brasil sob o olhar dos viajantes estrangeiros. 1808 - 1858. Rio de Janeiro, Coppe/UFRJ, 1993. Tese de mestrado.
- SERAFIM LEITE, S. I. História da Companhia de Jesus no Brasil. Rio de Janeiro, Inst. Nac. do Livro, 1943.
- SOARES, José Carlos de Macedo. Fontes da História da Igreja Católica no Brasil. São Paulo, s.ed., 1954. Tese.
- SOUZA, Washington Luís Pereira de. Na Capitania de São Vicente. São Paulo, Martias/INL, 1976.
- TINOCO, Godofredo. Macaé. História. Rio de Janeiro, Typ. Baptista de Souza, 1962.
- VALLADARES, Lícia do Prado e SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel (org.). O Rio de Janeiro em Teses. Rio de Janeiro, UERJ, 1992.
- VASCONCELLOS, Antão de. Evocações - crimes célebres em Macaé. Rio de Janeiro, B. Aguila, 1911.